



JBS S.A.
Demonstrações contábeis intermediárias
acompanhadas do Relatório dos Auditores
Independentes
ITR - Informações Trimestrais
31 de março de 2013 e 2012



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
JBS S.A.
São Paulo - SP

1. Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **JBS S.A.** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional "IAS 34 - *Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board (IASB)*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

3. Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

4. Outros assuntos

5.1. Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



4.2. Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, cujo relatório datado em 12 de março de 2013, não conteve modificação. Os valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, cujo relatório datado em 14 de maio de 2012, não conteve modificação.

São Paulo, 13 de maio de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9

Raul Corrêa da Silva
Contador CRC 1 SP 079028/O-1

**JBS S.A.****Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.049.626	3.564.984	5.516.914	5.383.087
Contas a receber de clientes	5	2.771.533	2.753.737	5.754.615	5.688.648
Estoques	6	1.843.823	1.940.192	5.375.462	5.182.187
Ativos biológicos	7	-	-	870.968	849.624
Impostos a recuperar	8	1.272.535	1.309.995	1.789.579	1.676.267
Despesas antecipadas		21.021	9.648	162.676	142.961
Outros ativos circulantes		271.914	273.332	474.120	460.625
TOTAL DO CIRCULANTE		9.230.452	9.851.888	19.944.334	19.383.399
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos com empresas ligadas	9	953.721	808.062	632.414	548.909
Ativo biológico	7	-	-	304.688	304.309
Impostos a recuperar	8	647.015	641.957	677.931	673.346
Outros ativos não circulantes		251.076	206.137	760.975	671.758
Total do Realizável a Longo Prazo		1.851.812	1.656.156	2.376.008	2.198.322
Investimentos em coligada, controladas e joint ventures	10	7.150.881	6.118.876	276.529	258.620
Imobilizado	11	8.820.439	8.767.637	16.430.613	16.207.640
Intangível	12	9.531.896	9.531.964	11.773.048	11.708.212
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		27.355.028	26.074.633	30.856.198	30.372.794
TOTAL DO ATIVO		36.585.480	35.926.521	50.800.532	49.756.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



JBS S.A.

Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	13	871.167	1.000.273	3.335.859	3.564.270
Empréstimos e financiamentos	14/15	5.053.470	5.355.774	5.901.396	6.098.898
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	-	-	11.871	8.886
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	16	390.938	361.741	1.309.638	1.276.009
Dividendos declarados	17	170.749	170.749	170.749	170.749
Débito com terceiros para investimentos	18	106.068	112.712	112.471	112.712
Outros passivos circulantes		321.370	280.649	395.986	306.049
TOTAL DO CIRCULANTE		6.913.762	7.281.898	11.237.970	11.537.573
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14/15	7.425.560	6.795.885	15.294.424	14.390.046
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	16	137.559	137.847	511.324	524.230
Débito com terceiros para investimentos	18	56.062	95.142	158.223	95.142
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	971.809	825.781	1.387.352	1.276.756
Provisão para riscos processuais	20	157.164	155.156	195.067	203.361
Outros passivos não circulantes		23.583	24.265	287.652	295.779
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.771.737	8.034.076	17.834.042	16.785.314
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	21				
Capital social		21.506.247	21.506.247	21.506.247	21.506.247
Ações em tesouraria		(593.485)	(776.526)	(593.485)	(776.526)
Transações de capital		76.786	77.374	76.786	77.374
Reserva de capital		211.879	211.879	211.879	211.879
Reserva de reavaliação		95.677	96.847	95.677	96.847
Reservas de lucros		1.993.697	1.993.697	1.993.697	1.993.697
Ajustes de avaliação patrimonial		108.644	92.999	108.644	92.999
Ajustes acumulados de conversão		(2.728.527)	(2.591.970)	(2.728.527)	(2.591.970)
Lucro acumulado		229.063	-	229.063	-
Atribuído à participação dos acionistas controladores		20.899.981	20.610.547	20.899.981	20.610.547
Participação dos acionistas não controladores		-	-	828.539	822.759
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.899.981	20.610.547	21.728.520	21.433.306
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.585.480	35.926.521	50.800.532	49.756.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

JBS S.A.
**Demonstrações do resultado para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	4.513.957	3.350.379	19.527.576	16.011.080
Custo dos produtos vendidos		(3.386.284)	(2.451.641)	(17.491.030)	(14.357.175)
LUCRO BRUTO		1.127.673	898.738	2.036.546	1.653.905
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais		(242.330)	(162.472)	(544.066)	(427.891)
Com vendas		(450.060)	(327.025)	(1.050.054)	(816.404)
Resultado financeiro líquido	23	(51.251)	(38.775)	(78.215)	(155.821)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(12.178)	(130.962)	1.664	-
Outras receitas (despesas)	24	2.067	75	5.199	(12.185)
		(753.752)	(659.159)	(1.665.472)	(1.412.301)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		373.921	239.579	371.074	241.604
Imposto de renda e contribuição social corrente	19	603	750	(18.806)	16.643
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(146.631)	(124.250)	(110.041)	(128.728)
		(146.028)	(123.500)	(128.847)	(112.085)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		227.893	116.079	242.227	129.519
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				227.893	116.079
Participação dos acionistas não controladores				14.334	13.440
				242.227	129.519
Resultado básico por lote de mil ações no final do período- em reais	25	79,64	39,16	79,64	39,16
Resultado diluído por lote de mil ações no final do período- em reais	25	79,64	39,16	79,64	39,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

JBS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do período	227.893	116.079	242.227	129.519
Outros resultados abrangentes				
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	15.645	(99)	15.645	(99)
Ajuste acumulado de conversão em controladas	(70.559)	(558)	(70.559)	(558)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(65.998)	(148.393)	(65.998)	(148.393)
Total do resultado abrangente do período	106.981	(32.971)	121.315	(19.531)
Total do resultado abrangente do período atribuível a:				
Acionistas da Companhia	106.981	(32.971)	114.136	(17.504)
Não controladores	-	-	7.179	(2.027)
	106.981	(32.971)	121.315	(19.531)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

JBS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Capital social	Transações de capital	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Participação não controladores	Total do Patrimônio Líquido	
					Legal	Para expansão							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	21.506.247	(10.212)	985.944	101.556	7.768	1.433.031	(610.550)	127.071	(2.877.033)	-	20.663.822	935.366	21.599.188
Transações de capital	-	85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(2.028)	-	-	-	-	-	(2.028)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(612.578)	-	-	-	612.578	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.456)	-	-	-	-	-	1.456	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(99)	-	-	-	-	(99)
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(558)	-	-	-	(558)
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(148.393)	-	-	-	(148.393)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.079	13.440	116.079	129.519
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73.732	-	73.732
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012	21.506.247	(10.127)	373.366	100.100	7.768	1.433.031	-	126.972	(3.025.984)	117.535	20.628.908	1.022.538	21.651.446
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	21.506.247	77.374	211.879	96.847	43.715	1.949.982	(776.526)	92.999	(2.591.970)	-	20.610.547	822.759	21.433.306
Transações de capital	-	(588)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(588)
Alienação das Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	183.041	-	-	-	-	-	183.041
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.170)	-	-	-	-	-	1.170	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas	-	-	-	-	-	-	-	15.645	-	-	-	-	15.645
Ajustes acumulados de conversão em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	(70.559)	-	-	-	(70.559)
Variação cambial de investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(65.998)	-	-	-	(65.998)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	227.893	14.334	227.893	242.227
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.554)	-	(8.554)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013	21.506.247	76.786	211.879	95.677	43.715	1.949.982	(593.485)	108.644	(2.728.527)	229.063	20.899.981	828.539	21.728.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	227.893	116.079	227.893	116.079
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
. Depreciação e amortização	119.978	105.084	429.006	285.043
. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(3.057)	-	(3.507)	(2.086)
. Resultado de equivalência patrimonial	12.178	130.962	(1.664)	-
. Resultado na venda de imobilizado	7.499	(75)	4.325	6.114
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	146.631	124.250	110.041	128.728
. Encargos financeiros circulantes e não circulantes	(55.750)	(297.993)	86.660	(219.501)
. Provisão para riscos processuais	2.008	1.350	6.371	(15)
. Redução ao valor recuperável de ativo	-	-	-	4.144
	457.380	179.657	859.125	318.506
Redução (aumento) em ativos				
Contas a receber	(75.548)	43.934	(143.114)	210.061
Estoques	96.369	(147.297)	(218.666)	(273.759)
Impostos a recuperar	35.204	(44.593)	(8.255)	(225.116)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(68.528)	(31.007)	(91.022)	2.440
Créditos com empresas ligadas	(129.523)	(347.365)	(87.314)	44.691
Ativos biológicos	-	-	(107.714)	33.374
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	(126.804)	167.155	(196.683)	(104.951)
Outros passivos circulantes e não circulantes	21.249	100.560	23.375	21.961
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	-	14.334	13.440
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	-	-	14.521	(77.156)
	(247.581)	(258.613)	(800.538)	(355.015)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	209.799	(78.956)	58.587	(36.509)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado e intangível	(175.450)	(226.991)	(282.504)	(291.965)
Efeito líquido da desconsolidação de Joint Venture	-	-	(8.623)	-
Adições nos investimentos em controladas	(970.218)	-	-	-
Baixas nos investimentos em controladas	-	871.887	-	-
Efeito líquido do capital de giro de empresa baixada/adquirida	-	-	(271.843)	151
	(1.145.668)	644.896	(562.970)	(291.814)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	2.210.330	453.764	4.430.261	4.421.162
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.789.819)	(1.453.397)	(3.737.065)	(4.211.525)
Transações de capital	-	85	(588)	(263)
Aquisição de ações de emissão própria	-	(2.028)	-	(1.680)
	420.511	(1.001.576)	692.608	207.694
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	-	-	(54.398)	(16.737)
Variação líquida no período	(515.358)	(435.636)	133.827	(137.366)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.564.984	3.612.867	5.383.087	5.288.194
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.049.626	3.177.231	5.516.914	5.150.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Demonstrações do valor adicionado para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.780.809	3.583.442	19.833.026	16.328.561
Outras receitas operacionais líquidas	4.737	2.798	48.909	(1.142)
Recuperação estimada com crédito de liquidação duvidosa	3.057	-	3.507	2.086
	4.788.603	3.586.240	19.885.442	16.329.505
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.784.578)	(1.939.996)	(13.745.156)	(11.170.260)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(744.208)	(536.984)	(2.801.264)	(2.374.063)
Perda de valores ativos	-	-	-	(92)
	(3.528.786)	(2.476.980)	(16.546.420)	(13.544.415)
Valor adicionado bruto	1.259.817	1.109.260	3.339.022	2.785.090
Depreciação e Amortização	(119.978)	(105.084)	(429.006)	(285.043)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	1.139.839	1.004.176	2.910.016	2.500.047
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(12.178)	(130.962)	1.664	-
Receitas financeiras	489.780	449.591	616.607	567.038
Outras	2.013	597	4.300	7.184
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.619.454	1.323.402	3.532.587	3.074.269
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	365.423	283.829	1.664.955	1.400.705
Benefícios	45.140	32.155	362.472	320.106
FGTS	18.432	14.326	20.823	17.147
	428.995	330.310	2.048.250	1.737.958
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	175.578	185.040	183.428	203.845
Estaduais	224.113	190.978	247.233	212.123
Municipais	4.937	4.559	4.971	4.931
	404.628	380.577	435.632	420.899
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	535.918	456.846	718.434	684.887
Aluguéis	17.575	13.150	69.995	64.734
Outras	4.445	26.440	18.049	36.272
	557.938	496.436	806.478	785.893
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	227.893	116.079	227.893	116.079
Participação de minoritários nos lucros retidos	-	-	14.334	13.440
	227.893	116.079	242.227	129.519
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	1.619.454	1.323.402	3.532.587	3.074.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A JBS S.A. ("JBS", "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no nível "Novo Mercado" de governança corporativa, com sede na cidade de São Paulo, Brasil, e tem suas ações negociadas na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuro.

A Companhia e suas controladas desenvolvem as seguintes atividades operacionais:

a) Atividades no Brasil

Na Controladora

A Companhia explora o segmento de abate, frigorificação de carne bovina, industrialização de carnes, sub-produtos de carnes e conservas, em quarenta e nove unidades industriais localizadas nos Estados de Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo.

A Companhia distribui seus produtos por meio de doze centros de distribuição, localizados nos Estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e no Distrito Federal.

A Companhia tem forte atuação na atividade de curtimento de couro, destinando a maior parte de sua produção à exportação nos segmentos de couro moveleiro, automotivo, calçadista e artefatos, nos estágios de "Wet Blue", Semi Acabado e Acabado. A estrutura é composta de dezesseis unidades industriais localizadas nos Estados de Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Tocantins e Ceará. Possui um centro de distribuição localizado no Mato Grosso do Sul.

Adicionalmente, a Companhia explora os ramos de produção de latas de alumínio; gerenciamento de resíduos industriais e produção de resinas plásticas; produção de sabão em barra e sabonetes para marcas próprias de grandes empresas de higiene e limpeza; produção de biodiesel, glicerina, oleína e ácido graxo; compra e venda de grãos de soja, sebo, óleo de palma, soda cáustica, estearina; industrialização e comercialização de tripas; operações próprias de transporte para vendas no varejo, de bovinos para abate e de produtos destinados à exportação; possui lojas com o nome "Mercado da Carne" para venda de carnes e itens correlatos para churrasco diretamente ao consumidor. Por fim, a Companhia opera também na produção e comercialização de energia elétrica e cogeração de energia.

Em Controladas / Joint Ventures

A JBS Confinamento Ltda. (JBS Confinamento), localizada nos municípios de Castilho e Guaiçara- Estado de São Paulo, Nazário e Aruanã - Estado de Goiás e Lucas do Rio Verde - Estado do Mato Grosso, explora a atividade de compra e engorda para revenda de bovinos para corte e de prestação de serviço de engorda de bovinos de terceiros para abate.

A Novaprom Food Ingredients Ltda. (Novaprom), localizada no município de Guaiçara - Estado de São Paulo, tem como atividades a industrialização, comercialização, exportação e importação de ingredientes e produtos para alimentos. É pioneira na produção de fibra natural de colágeno, proteína de colágeno na sua forma pura, extraída das camadas internas da pele bovina e com teor proteico mínimo de 99%. A Novaprom comercializa seus produtos em todo o Brasil e exporta para Europa, América Latina, Ásia e Oceania.

A controlada indireta Meat Snacks Partner do Brasil Ltda (Meat Snacks), "joint venture" de controle compartilhado entre a subsidiária JBS Handels GMBH e a empresa Jack Link Beef Jerky, está localizada no Município de Santo Antônio de Posse e Lins, Estado de São Paulo, e explora o ramo de fabricação de Beef Jerky, comprando carne "in natura" no mercado interno e exportando o produto industrializado para os Estados Unidos da América.

A JBS Aves Ltda. (JBS Aves), localizada na cidade de Montenegro, no Estado do Rio Grande do Sul, explora a atividade de processamento de frango, cujo objetivo é o desenvolvimento de avós de frango, matrizes, animais de corte, sua produção e abate, bem como produtos industrializados, e o comércio e exportação dos mesmos. A JBS Aves opera quatro fábricas de rações, três abatedouros de aves, quatro fábricas de produtos industrializados, seis incubatórios, quatro filiais de vendas e vinte e duas instalações para reprodução de frangos. Em fevereiro de 2013 a subsidiária JBS Aves iniciou um contrato de locação com a Empresa Tramonto Agroindustrial S.A (Tramonto), com sede no município de Morro Grande, Estado de Santa Catarina. O referido contrato foi firmado em um prazo de cinco anos, com possibilidade de prorrogação por mais cinco anos. As instalações da Tramonto são compostas por uma fábrica de ração e duas unidades para abate de frango, que se encontram em pleno funcionamento. Adicionalmente, em março de 2013 a JBS Aves adquiriu a totalidade das ações da Agrovêneto S.A. Indústria de Alimentos (Agrovêneto), localizada no Município de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina, a qual tem atividades operacionais similares à JBS Aves.

b) Atividades no Exterior

A controlada indireta JBS Argentina S.A. (JBS Argentina), localizada na Argentina, se dedica à exploração do segmento de abate e frigorificação de carne bovina, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados, com seis unidades industriais localizadas nas Províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba.

Em função do cenário desfavorável que a indústria frigorífica vem atravessando na Argentina desde o exercício de 2008, a Companhia decidiu suspender temporariamente as operações das unidades produtivas de Colonia Caroya (Província de Córdoba), Consignaciones Rurales (Província de Buenos Aires) no exercício de 2010 e em Venado Tuerto (Província de Santa Fé) no final do exercício de 2011.

A JBS USA Holdings, Inc. (JBS USA) e suas controladas, abate e processa carnes "in natura" de origem bovina, suína, ovina e de frango com clientes nos Estados Unidos da América e no mercado internacional. Os produtos preparados pela JBS USA incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

A JBS USA nos Estados Unidos da América opera com oito frigoríficos de bovinos, três de suínos, um de carneiro, uma fábrica de beneficiamento de cortes bovinos e suínos, e doze confinamentos sendo um operado e alugado para terceiro. Na Austrália opera com dez frigoríficos, três fábricas de beneficiamento de bovinos e quatro confinamentos de bovinos. No Canadá a JBS USA opera com uma fábrica de beneficiamento de bovinos e um confinamento.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

A JBS USA divide a sua operação em três segmentos: Gado, operando o negócio de origem bovina; Porco, operando o negócio de origem suína e ovina; e Frango, operando o negócio de aves por meio da subsidiária Pilgrim's Pride (PPC).

Na JBS USA, a subsidiária JBS Trading USA, Inc também localizada nos Estados Unidos da América importa e vende produtos industrializados de carne bovina, principalmente, no mercado norte-americano.

Na JBS USA, a subsidiária Pilgrim's Pride - PPC é uma empresa sediada em Greeley, Colorado, Estados Unidos da América, de capital aberto listada na bolsa de New York, sendo uma das maiores empresas de processamento de frango nos Estados Unidos da América, com operação também no México e em Porto Rico. Exporta commodities de frango para mais de noventa países; os principais produtos são "in-natura", refrigerados inteiros ou em pedaços. Os principais clientes são cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais. Opera vinte e nove instalações para abate de frango, apoiadas por trinta fábricas de rações, trinta e sete incubadoras, dezesseis instalações de processamento e três instalações de fábrica de produtos pet nos Estados Unidos da América e México.

Na JBS USA, a subsidiária Smpco, Inc. (Smpco), localizada em Chicago, nos Estados Unidos da América, tem como principal operação a importação de carne processada da América do Sul, e a revenda desse produto para os Estados Unidos da América, Canadá e Caribe. A Smpco atua também em importações de outros alimentos como conservas, frutas e legumes de outras regiões, incluindo o Extremo Oriente, para venda na América do Norte e Europa.

A controlada indireta Global Beef Trading Sociedade Unipessoal Lda (Global Beef Trading), localizada na Ilha da Madeira, Portugal, vende produtos alimentícios como carne bovina, ovina, suína e de aves. A Global Beef Trading importa os produtos da América Latina e exporta para diversos países na Europa, África e Ásia.

A controlada indireta Toledo International NV (Toledo), localizada na Bélgica, exerce basicamente operações de trading para os mercados europeu e africano e comercializando carne cozida. Adicionalmente desenvolve operações de logística, armazenagem, customização e desenvolvimento de novos produtos.

A LLC Lesstor é um armazém localizado na Rússia cuja atividade é a armazenagem de produtos próprios e de terceiros através de contratos de locação de espaço e serviços de estocagem.

A controlada indireta JBS Paraguay S.A (JBS Paraguay), localizada em Assunção, possui outra planta em San Antonio, abate e processa carne bovina congelada, resfriada e couro verde. A maior parte de sua produção é dedicada à exportação para outras subsidiárias do Grupo. Possui licença para exportar para a União Européia, Chile, Rússia e outros mercados.

A JBS Leather Paraguay, localizada na cidade de Assunção, Paraguai, atua no segmento de couros, comprando couro fresco do mercado local e industrializando e comercializando no mercado Externo, no estágio Wet-Blue.

A controlada indireta Frigorífico Canelones S.A (Frigorífico Canelones), localizada na cidade de Canelones, Uruguai, abate e processa carne bovina "in natura" para exportação e venda local. Também vende cortes de carnes com osso e miúdos, principalmente para o mercado local.

A controlada indireta Egygate Distribution (Egygate), localizada no Egito, é uma distribuidora de produtos alimentícios.

A controlada indireta Misr Cold Centers and Storage (Misr Cold), localizada no Egito, é uma empresa de armazenamento, resfriamento e congelamento de carnes, mas armazena outros produtos alimentícios.

A controlada indireta Rigamonti Salumificio SpA (Rigamonti), localizada na Itália, é líder no mercado italiano em produção e venda de Bresaola (carne bovina curada). Adicionalmente, a Rigamonti produz e vende beef jerky, bacon e presunto.

A controlada indireta Trump Asia Enterprises Limited (Trump), localizada na China, possui uma planta de processamento de couros, cuja atividade consiste na industrialização até o acabamento do couro para ser vendido, principalmente, ao mercado local de produção de bolsas e sapatos. Ainda possui três escritórios comerciais em Hong Kong, focados no mercado asiático, comprando grande parte de seus produtos do Grupo JBS e parte de terceiros.

A controlada indireta JBS Leather Europe s.r.o. (JBS Leather), possui um escritório administrativo e comercial localizado na cidade de Praga, e um armazém localizado na cidade de Borsov, todos na República Tcheca. A JBS Leather compra couro do Grupo JBS e comercializa couros acabados no mercado externo, com foco no leste europeu, sendo a Polônia e Alemanha os principais países consumidores.

A JBS Leather Itália S.R.L. (JBS Leather Itália), localizada na cidade de Arzignano, possui outra planta na cidade de Matera, ambas na Itália, atua no segmento de couros, comprando couro do Grupo JBS e comercializando no mercado interno italiano e no mercado europeu, produzindo couros nos estágios Semi Acabado e Acabado.

c) Evento operacional relevante na Companhia:

Conclusão da Aquisição dos Ativos do Frigorífico Independência

Em janeiro de 2013 foi concretizada a aquisição (i) de determinados ativos, pertencentes e de titularidade de BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, na qualidade de agente fiduciária de credores detentores de notas (bonds) emitidos pelo Independência International, ativos estes que pertenciam ao Independência, e que foram dados em alienação fiduciária a referidos credores, tendo a propriedade sobre tais ativos sido consolidada após o inadimplemento de obrigações assumidas pelo emissor e garantidores na escritura de emissão das notas (bonds), tudo nos termos previstos nos referidos instrumentos e de acordo com as leis aplicáveis; e (ii) de direitos inerentes a créditos detidos por determinados credores do Independência ("Ativos do Independência").

Os Ativos do Independência incluem quatro unidades frigoríficas em Nova Andradina (MS), Campo Grande (MS), Senador Canedo (GO) e Rolim de Moura (RO); dois curtumes em Nova Andradina (MS) e Colorado D'Oeste (RO); e dois centros de distribuição e armazéns em Cajamar (SP) e Santos (SP). A aquisição foi realizada mediante a alienação de 22.987.331 ações ordinárias de emissão da Companhia, que estavam mantidas em tesouraria.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Adicionalmente, os Ativos do Independência estavam capitalizados na empresa Midtown Participações Ltda. (Midtown). Para concretizar a operação de compra desses ativos, a Companhia constitui a subsidiária JBS Global Meat S.A. (JBS Global Meat), e com base no contrato de compra e venda capitalizou a JBS Global Meat com o investimento na Midtown, tornando-se a detentora dos ativos através desta subsidiária.

A Companhia continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra apresentada a seguir é preliminar e está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 R1. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos adquiridos em 31 de março de 2013:

Total do valor pago	R\$	197.005
Valor justo estimado dos ativos adquiridos	R\$	135.001
Valor estimado do Ágio de expectativa de rentabilidade futura	R\$	62.004

d) Evento operacional relevante em subsidiárias:**Aquisição da Agrovêneto**

Em março de 2013, a subsidiária JBS Aves Ltda., adquiriu a totalidade das ações da Agrovêneto S.A. Indústria de Alimentos (Agrovêneto), pelo valor total de R\$ 108.564. No consolidado, o passivo referente a essa transação está sobre a rubrica de Débitos com terceiros para investimento.

A JBS Aves continua avaliando os impactos da operação e a alocação do preço de compra é preliminar, ficando pendente a conclusão das avaliações dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo impostos diferidos. A alocação do preço de compra a seguir está sujeita a alterações, o que pode ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 R1. Os montantes apresentados refletem o valor justo estimado dos ativos individuais e passivos assumidos em 31 de março de 2013:

Total de Débitos com terceiros para investimento	R\$	108.564
Valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos	R\$	63.742
Valor estimado do Ágio de expectativa de rentabilidade futura	R\$	44.822

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias**a. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia incluem:

- As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

- As demonstrações contábeis intermediárias individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação de investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, as demonstrações contábeis intermediárias divergem nessa avaliação em relação ao IFRS, que exige que a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora sejam avaliados pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demonstrações contábeis intermediárias das controladas existentes antes à adoção inicial do IFRS são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pelo Grupo JBS - práticas contábeis internacionais (IFRS). Sendo assim, os respectivos balanços das subsidiárias foram elaborados com políticas e práticas contábeis internacionais uniformes. Da mesma forma, para novas aquisições de investimentos após a adoção ao IFRS é aplicado o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de Negócios, que traz os investimentos a valor justo, posteriormente efetuando as equivalências patrimoniais mensais desses investimentos.

Contudo, não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora constantes nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as normas do IFRSs e as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP), e o patrimônio líquido e resultado da Controladora constantes nas demonstrações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Por esta razão, a Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Regime Tributário Transitório (RTT) - Os valores apresentados nas demonstrações contábeis intermediárias em 31 de março de 2013 consideram a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) pela Companhia e suas controladas, conforme facultado pela Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações ocorridas na legislação Brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela própria Lei nº 11.941/09.

A aprovação destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2013.

Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo. Na nota explicativa 22 apresentamos a conciliação da receita líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 - Receitas, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens; e
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

No processo das aplicações das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos, o que eventualmente pode ter impacto material nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias:

- perda no valor recuperável de ativos não financeiros;
- perdas no valor recuperável de impostos a recuperar;
- benefícios de aposentadoria;
- mensuração a valor justo de itens relacionados a combinações de negócios;
- valor justo de instrumento financeiro;
- provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas;
- perda no valor recuperável de ativos financeiros;
- ativo biológico; e
- vida útil do ativo imobilizado.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias do período em que ocorrer a revisão.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos previstos decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de valor em conformidade com o IAS 7/CPC 03 R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas aplicações têm a finalidade de satisfazer os compromissos de caixa de curto prazo (gestão diária de recursos financeiros da Companhia e suas controladas) e não para investimento ou outros propósitos.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a baixa definitiva do título ao resultado do período.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

f) Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

g) Ativo biológico

De acordo com o IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico, empresas que possuem atividades agrícolas, tais como cultivo de grãos, aumento de rebanho (operações de confinamento de gado ou gado a pasto), e cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado cujo efeito deve ser registrado no resultado do período.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo que o ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre, em linha específica da demonstração do resultado, como receita bruta.

O registro dos ativos biológicos é feito através do conceito de valor a mercado e custo, de acordo com os critérios definidos na nota explicativa 7.

h) Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures")

Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais da Companhia, as participações em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Conforme definido IAS 28/CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, Coligadas são aquelas entidades em que a Companhia tem influência significativa e que não se configura como controlada ou participação em empreendimento sob controle conjunto.

De acordo com os requerimentos do IAS 31/CPC 19 R2 - Negócios em Conjunto, Empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures" é um negócio em conjunto segundo o qual as partes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. Os interesses em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) são tratados como investimento e contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o IAS28/CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

As variações cambiais de investimentos em moeda estrangeira são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes acumulados de conversão.

i) Imobilizado

Os itens do ativo imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam direta ou indiretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos relacionados.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

j) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais, e os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, sendo registrados na Demonstração de resultado como despesa de acordo com os pagamentos efetuados. A Companhia possui em suas operações apenas arrendamentos operacionais.

k) Intangível

É composto, em sua maior parte, por ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura, registrado de acordo com o IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (perda no valor recuperável). A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Ágio decorrente de combinação de negócios

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Os ágios são submetidos anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderão apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, nos termos do IAS 38/CPC 4 - Ativos intangíveis.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

l) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

m) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

n) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 14.

o) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

p) Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos, quando incorridos, efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

q) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

r) Participação de não controladores

De acordo com os requerimentos do IAS 1/CPC 26 R1 - Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias, a participação de não controladores (Minoritários) deve ser apresentada nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido, assim como serão destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

s) Ativos e passivos contingentes

De acordo com os requerimentos do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" a sua exigibilidade, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

t) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Companhia apresenta, quando aplicável, ativos e passivos a valor presente, de acordo com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, no entanto o ajuste sobre os saldos de curto prazo ocorrem quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

No cálculo do ajuste a valor presente a Companhia considera as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto.

A taxa de desconto utilizada pela Companhia considerou as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para cada ativo e passivo.

u) Consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluem as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações contábeis intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo JBS são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas. A relação das controladas que a Companhia consolida está descrita na nota explicativa 10.

As demonstrações contábeis intermediárias das controladas sediadas no exterior são elaboradas, originalmente, em moeda local, e para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação, são convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas. Os ganhos e perdas decorrentes das movimentações do patrimônio líquido e reconhecimento do resultado pela taxa cambial média, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de ajustes acumulados de conversão, nos termos definidos pelo IAS 21/CPC 2 R2 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis intermediárias.

v) Conversão de moedas estrangeiras**Moeda funcional e de apresentação**

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais de cada uma das empresas controladas. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis intermediárias são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambiais positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do período.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"), sendo convertidas às práticas contábeis - IFRS e para Reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço para ativos e passivos, pela taxa histórica para as movimentações ocorridas no patrimônio líquido e pela taxa cambial média do período para as contas de receitas e despesas, quando aplicável, e com o registro no resultado dos efeitos da variação cambial.

w) Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

x) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são "Caixa e Equivalente de caixa" e "Derivativos a receber".

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os principais ativos que a Companhia possui classificados nesta categoria são "Contas a receber" e "Créditos com empresas ligadas".

• Mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta categoria.

• Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou quitadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores, débitos com empresas ligadas e outras contas a pagar.

• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

• Derivativos

A Companhia e suas controladas registram e divulgam seus instrumentos financeiros e derivativos de acordo com o IAS 39/CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros Divulgações. Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Baseada em uma política de gerenciamento de risco do Grupo JBS, a Companhia e/ou suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos para minimizar o risco de perda com exposição, principalmente, de riscos de variações de taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de commodities, riscos de créditos e risco de liquidez, entre outros, que podem afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias, tais como taxas de juros e câmbio.

y) Combinação de negócios

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

z) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os empregados prestam serviços. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data das demonstrações contábeis intermediárias para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da controlada indireta PPC e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado.

Quando o cálculo resulta em um benefício para a controlada indireta, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na controlada indireta. Um benefício econômico está disponível a controlada indireta se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido são registrados em outros resultados abrangentes.

aa) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

ab) Demonstrações dos fluxos de caixa

De acordo com o IAS 7/CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis.

ac) Demonstração do resultado abrangente

De acordo com o IAS 1/CPC 26 R1 - Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias, a demonstração do resultado abrangente é composta pela conversão de taxa de moeda estrangeira de investimentos no exterior e avaliação patrimonial em investimentos.

ad) Demonstrações do valor adicionado

Conforme requerido pelo CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado a Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis intermediárias individuais a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A Demonstração do Valor Adicionado, tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

ae) Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2013.

- IFRS 10 - "Demonstrações consolidadas", em 20 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 698 que aprova a CPC 36 (R3) "Demonstrações consolidadas" e que incorporou as mudanças pelo IFRS 10. A nova norma apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o trimestre corrente e exercício anterior.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

- IFRS 11 - "Acordos em conjunto", em 23 de novembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 694 que aprova a CPC 19 (R2) "Negócios conjuntos" e que incorporou as mudanças introduzidas pelo IFRS 11. A principal alteração introduzida por essa norma é a impossibilidade de consolidação proporcional de entidades cujo controle dos ativos líquidos seja compartilhado através de um acordo entre duas ou mais partes e que seja classificado como uma joint venture.

A Companhia adotou essa norma e identificou que não trará impactos materiais na desconsolidação da Meat Snacks Partner do Brasil Ltda. (MSP), cuja participação da Companhia é de 50%. Dessa forma, os saldos relativos aos períodos comparativos das demonstrações contábeis intermediárias não foram ajustados.

Para fins de embasamento e informações adicionais, em 31 de dezembro de 2012, 50% dos ativos da MSP representavam 0,04% dos ativos consolidados, 50% dos passivos da MSP representavam 0,02% dos passivos consolidados, 50% do patrimônio líquido representava 0,33% dos investimentos da Companhia, e 50% do lucro líquido da MSP representava 0,79% do lucro líquido da Companhia.

Informações contábeis da MSP no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Saldo em 31.12.12	Participação JBS 50%
ATIVO	44.666	22.333
PASSIVO	9.033	4.517
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.633	17.817
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.393	5.697

- IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", em 13 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 697 que aprova a CPC 45 "Divulgação de participações em outras entidades" e que incorporou as mudanças pelo IFRS 12. A norma trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o trimestre corrente e exercício anterior.

- IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", em 20 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 699 que aprova a CPC 46 "Mensuração do valor justo" que incorporou as mudanças pelo IFRS 13. O objetivo da norma é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados para o trimestre corrente e exercício anterior.

- IAS 1 - "Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias" - a principal modificação foi à exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado subsequentemente (ajustes de reclassificação). Essas alterações, contudo, não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes.

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", em 13 de dezembro de 2012, a CVM publicou a Deliberação 695 que aprova a CPC 33 (R1) "Benefícios a empregados" e que incorporou as mudanças do IAS 19 alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são os seguintes:

(i) eliminação da possibilidade de utilização do "método do corredor" (permissão para que os ganhos e perdas atuariais até um limite de 10% do valor presente da obrigação de benefício definido ou 10% do valor justo dos ativos do plano, dos dois o maior, pudessem ser apropriados ao resultado pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano);

(ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em "outros resultados abrangentes" conforme ocorram. Esses valores não serão levados para o resultado do período, permanecendo em conta do patrimônio líquido em outros resultados abrangentes;

(iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado; e

(iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido.

A Administração avaliou essa norma e o efeito em outros resultados abrangentes seria de aproximadamente R\$ 90 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e dessa forma, devido a não representatividade do saldo, os saldos relativos aos períodos comparativos às demonstrações contábeis intermediárias não foram ajustados, sendo a aplicação da norma tratada de forma prospectiva.

af) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39.

A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015.

- IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Caixa e bancos	961.421	1.014.160	2.107.169	1.949.230
CDB - DI	1.824.870	2.295.275	1.871.133	2.429.706
Fundos de investimentos	-	-	1.275.277	748.602
Títulos públicos - LFT	263.335	255.549	263.335	255.549
	3.049.626	3.564.984	5.516.914	5.383.087

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB-DI, são aplicações realizadas junto à instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Títulos públicos – LFT – Correspondem a títulos adquiridos com instituições financeiras, cujas condições e características são similares aos CDB's.

Fundos de investimentos - consolidados

Está composto em sua totalidade por aplicações da controlada indireta JBS Project Management GMBH (subsidiária da JBS Holding GMBH) em fundos de investimento mútuo não exclusivos, cujas aplicações são realizadas pelo Banco JP Morgan como parte de um serviço de gerenciamento de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Duplicatas a vencer	2.513.314	2.529.365	5.015.806	4.970.194
Duplicatas vencidas:				
De 1 a 30 dias	169.087	191.144	548.895	584.276
De 31 a 60 dias	74.508	17.060	113.813	75.746
De 61 a 90 dias	17.843	18.380	47.408	33.411
Acima de 90 dias	81.934	94.721	148.168	156.709
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(85.153)	(96.933)	(119.475)	(131.688)
	258.219	224.372	738.809	718.454
	2.771.533	2.753.737	5.754.615	5.688.648

Conforme IFRS 7/CPC 39 Instrumento Financeiros , segue a movimentação da PECLD:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Saldo inicial	(96.933)	(113.182)	(131.688)	(149.919)
Variação Cambial	-	-	(17)	1.011
Baixas	11.780	16.249	12.230	17.220
Saldo final	(85.153)	(96.933)	(119.475)	(131.688)

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Produtos acabados	1.367.973	1.509.526	3.681.942	3.564.257
Produtos em processo	94.241	64.199	365.323	333.100
Matéria-prima	246.068	234.934	707.676	668.387
Almoxarifado	135.541	131.533	620.521	616.443
	1.843.823	1.940.192	5.375.462	5.182.187

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

7 Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia são compostos por culturas temporárias em formação e animais vivos segregados entre as categorias de gado, porco e cordeiro, e frango, cujo detalhamento segue abaixo:

	Consolidado	
	31.03.13	31.12.12
Ativos biológicos circulantes:		
Gado	105.221	125.818
Porco e Cordeiro	49.628	52.203
Frango	713.368	668.314
Culturas temporárias em formação	2.751	3.289
	870.968	849.624
	Consolidado	
	31.03.13	31.12.12
Ativos biológicos não circulantes:		
Frango	304.688	304.309
	304.688	304.309
	Circulante	Não Circulante
Movimentação do ativo biológico:		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	849.624	304.309
Nascimento	2.265.691	2.118
Morte	(1.618)	(58)
Fair value (marcação a mercado)	1.270	48
Compra	279.639	103.929
Venda / baixa para abate	(2.529.375)	(13.391)
Variação cambial	(7.820)	(3.809)
Apropriação de custos das culturas temporárias	1.391	-
Consumo interno das culturas temporárias (ração)	(1.929)	-
Impacto da aquisição Agrovêneto	14.095	6.236
Amortização	-	(94.694)
Saldo em 31 de março de 2013	870.968	304.688

Os ativos biológicos circulantes são compostos basicamente por animais, em sua maioria de confinamento e em período de maturação para corte, os quais permanecem em desenvolvimento durante um período de 90 a 120 dias, principalmente gado, e 30 a 35 dias para frango, até atingir a maturidade e consequentemente envio para as unidades de abate. Por este motivo são classificados no grupo de contas de ativos circulantes.

Os ativos biológicos não circulantes são compostos exclusivamente de avós e matrizes de frango que são destinadas a reprodução. A vida útil desses animais de reprodução é de aproximadamente 67 semanas, sendo por este motivo, classificados no grupo de contas de ativos não circulantes.

Abaixo, segue detalhamento dos ativos biológicos da Companhia:

EMPRESAS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	31.03.13	31.12.12
Ativos biológicos circulantes:		
Gado	37.386	56.956
Porco e Cordeiro	49.628	52.203
Frango	646.275	620.683
	733.289	729.842
Ativos biológicos avaliados a custo		
Ativos biológicos não circulantes:		
Frango	261.406	265.527
	261.406	265.527
Ativos biológicos avaliados a custo		

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Gado Bovino – A controlada da JBS USA na Austrália mantém gado bovino, entre o período de vida de 75 - 100 dias, em sistema de confinamento, não existindo mercado ativo para gado bovino neste período. O mercado ativo é apenas para gado acima de 180 dias.

Porco e Cordeiro – A controlada JBS USA mantém porcos e cordeiros em sistema de confinamento, não existindo mercado ativo para essa classe de ativos biológicos, pois existem poucos concorrentes no mercado.

Frangos – A PPC possui atividade de criação de frangos destinados ao abate (circulantes) para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados, e matrizes de frango (não circulantes) que são destinadas a reprodução.

Por não haver mercado ativo para esses ativos biológicos, o valor justo desses ativos biológicos está substancialmente representado pelo seu custo de aquisição mais a absorção acumulada, devido ao curto ciclo de vida e ao fato de que a margem de rentabilidade é substancialmente representativa apenas no processo de industrialização. Dessa forma, os ativos circulantes são mantidos a custo, e os ativos não circulantes além de serem mantidos a custo são amortizados de acordo com a vida útil dos animais.

EMPRESAS NO BRASIL	31.03.13	31.12.12
Ativos biológicos circulantes:		
Gado	67.835	68.862
Ativos biológicos avaliados a mercado	67.835	68.862
Frango	67.093	47.631
Culturas temporárias em formação	2.751	3.289
Ativos biológicos avaliados a custo	69.844	50.920
Total de ativos biológicos circulantes	137.679	119.782
Ativos biológicos não circulantes:		
Frango	43.282	38.782
Total de ativos biológicos não circulantes avaliados a custo	43.282	38.782

As operações relativas a gado bovino das atividades no Brasil são representadas, principalmente, por gado bovino em sistema de confinamento (intensivo) e gado bovino a pasto (extensivo), cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável em virtude da existência de mercados ativos.

As operações relativas a frango das atividades no Brasil, são divididas entre frangos destinados ao abate (circulantes) para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados, e avós e matrizes de frango (não circulantes) que são destinadas a reprodução. Para ambos os casos, o valor justo desses ativos biológicos está substancialmente representado pelo seu custo de aquisição mais a absorção acumulada, devido ao curto ciclo de vida e ao fato de que a margem de rentabilidade é substancialmente representativa apenas no processo de industrialização. Dessa forma, os ativos circulantes são mantidos a custo, e os ativos não circulantes além de serem mantidos a custo são amortizados de acordo com a vida útil dos animais.

Os saldos de culturas temporárias em formação são compostos por milho, soja e capim, os quais serão utilizados no processo de elaboração dos insumos para bovinos. A administração optou por manter a mensuração destes ativos biológicos aos seus valores de custo, devido a imaterialidade dos saldos, uma vez que os esforços necessários para a elaboração e mensuração destes ativos aos seus valores justos superam os benefícios esperados pela Administração.

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
ICMS / IVA / VAT/ GST	982.398	994.229	1.139.833	1.128.245
IPI	64.158	63.392	132.196	129.736
PIS e COFINS	644.145	650.654	753.816	681.341
IRRF/IRPJ a recuperar	165.397	172.048	337.969	303.024
Outros	63.452	71.629	103.696	107.267
	1.919.550	1.951.952	2.467.510	2.349.613
Desmembramento:				
Ativo circulante	1.272.535	1.309.995	1.789.579	1.676.267
Ativo não circulante	647.015	641.957	677.931	673.346
	1.919.550	1.951.952	2.467.510	2.349.613

ICMS

O saldo de ICMS a recuperar na Companhia, advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas.

A Companhia tem expectativa de recuperação integral, inclusive do crédito outorgado de ICMS (compreende a diferença percentual entre a alíquota nominal de escrituração nos livros fiscais e a taxa efetiva de arrecadação do ICMS vigente no Estado de origem).

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

PIS e COFINS

Refere-se a crédito não cumulativo de PIS e COFINS, apurados pela Companhia, incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo.

IRRF e IRPJ

Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, retenções sobre remessa de dividendos da subsidiária JBS USA e antecipações de imposto de renda e contribuição social pagos por estimativa, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

GERAL

A Companhia e sua controlada JBS Embalagens, registraram a atualização monetária com base na SELIC incidente sobre créditos extemporâneos de PIS, COFINS, IPI e IRPJ a recuperar no valor de R\$ 192.279. Desse total foram recebidos até o momento o montante de R\$ 28.987 permanecendo um saldo remanescente de R\$ 163.292.

Anualmente a Administração da Companhia, amparada por seus assessores tributários e jurídicos, avalia a segregação entre circulante e não circulante dos créditos fiscais, de acordo com a sua realização.

9 Transações com partes relacionadas

Contratos de mútuo entre partes relacionadas registrados no balanço patrimonial da controladora como créditos e débitos com partes relacionadas:

CONTROLADORA	Moeda	Vencimento	Taxa anual	31.03.13	31.12.12
				Contratos de mútuo	Contratos de mútuo
Controladas diretas					
JBS Aves Ltda.	R\$	01/06/2013	CDI + 1%	367.478	268.903
JBS Confinamento Ltda.	R\$	01/04/2014	CDI + 4%	98.724	100.289
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	R\$	16/08/2013	CDI + 12%	66.063	63.682
JBS USA, Inc	US\$	25/03/2014	Libor + 2,5% a 3%	317.685	319.331
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	US\$	12/06/2013	4,50%	(48.998)	(49.214)
Novaprom Food Ingredients Ltda	R\$	31/12/2013	CDI + 1%	634	(2.105)
JBS Holding International ⁽¹⁾	R\$	-	-	44.008	-
Controladas indiretas					
Beef Snacks Brasil Ind.Com. S.A.	R\$	24/01/2014	CDI	103.081	102.127
Beef Snacks International BV	US\$	31/12/2013	Libor + 2% a 3%	5.046	5.049
				953.721	808.062

⁽¹⁾ JBS Holding International - Adiantamento efetuado com a finalidade de capitalização em cada final de exercício social.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Transações comerciais entre partes relacionadas registradas no balanço da controladora como clientes e fornecedores:

CONTROLADORA	31.03.13		31.12.12	
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Contas a receber de clientes	Fornecedores
Controladas diretas				
JBS Aves Ltda.	388	6.326	1.924	5.982
JBS Confinamento Ltda.	651	10.325	360	29.836
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	-	2	-	-
JBS USA, Inc	-	763	186	393
JBS Itália SRL	3.625	-	29.523	-
Novaprom Food Ingredients Ltda	1.900	340	1.800	408
Controladas indiretas				
JBS Global (UK) Limited	44.473	21	52.824	210
JBS Argentina S.A.	-	1.333	-	103
Global Beef Trading SU Lda.	1.603	146	2.956	-
Austrália Meat	-	3.349	-	982
Toledo International NV	38.083	-	39.540	1
Weddel Limited	1.274	-	4.709	-
Sampco Inc.	24.500	-	5.961	-
JBS Leather Europe	1.705	-	1.779	-
Meat Snacks Partners do Brasil Ltda	6.093	-	3.410	198
JBS Chile Ltda	106	-	-	-
Agrovêneto S.A. Indústria de Alimentos	176	79	-	-
Frigorífico Canelones S.A.	-	1.065	-	1.313
Rigamonti Salumificio Spa	-	20	-	21
Trump Asia Enterprise Ltd	27.472	-	11.195	-
JBS Paraguay	-	2.527	-	2.412
Outras partes relacionadas				
S.A. Fabrica de Prod. Alimentícios Vigor	8.669	390	11.681	1
JBS Agropecuária Ltda.	-	-	42	-
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	7.626	124	8.567	474
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	14.148	21	23.317	10
	182.492	26.831	199.774	42.344

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Impactos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado da controladora:

	31.03.13			31.03.12		
	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Receita (Despesa) Financeira	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Controladas diretas						
JBS Aves Ltda.	10.942	22.431	5.243	1.288	-	-
JBS Confinamento Ltda.	3.434	35.806	1.521	3.576	29.046	739
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	2.335	-	-	2.498	2.354	-
JBS USA, Inc	2.894	-	-	(527)	-	73.270
JBS Slovakia Holdings s.r.o.	(494)	-	-	(441)	-	-
JBS Itália SRL	-	-	24.647	-	2.330	14.477
Novaprom Food Ingredients Ltda	(67)	984	4.262	416	1.338	1.921
Controladas indiretas						
JBS Global (UK) Limited	-	-	34.317	-	-	18.792
JBS Argentina S.A	-	2.330	-	-	5.083	-
Global Beef Trading SU Ltda.	-	777	24.788	-	-	1.862
Beef Snacks Brasil Ind.Com. S.A.	1.644	-	-	2.311	-	-
Beef Snacks International	40	-	-	18	-	-
JBS HU Ltd	-	-	-	(868)	-	-
Australia Meat	-	7.378	-	-	5.341	-
Toledo International BV	-	-	64.832	-	-	25.595
JBS Leather Europe	-	-	-	-	-	3.040
Meat Snacks Partners do Brasil Ltda	-	-	20.552	-	-	-
JBS Chile Ltda	-	-	204	-	-	-
Agrovêneto S.A. Indústria de Alimentos	-	609	1.714	-	-	-
Weddel Limited	-	-	1.808	-	-	4.374
Sampco Inc.	-	-	48.068	-	-	29.362
Frigorífico Canelones S.A.	-	4.279	166	-	1.010	-
Rigamonti Salumificio Spa	-	-	-	-	-	8.584
Wonder Best Holding Company	-	-	-	-	-	12.516
Trump Asia Enterprise Ltd	-	-	61.307	-	-	12.074
Trustful Leather	-	-	-	-	-	9.391
JBS Paraguay	-	15.765	-	103	5.341	3
Itaholb International	-	-	-	-	-	104
Outras partes relacionadas						
S.A. Fábrica de Prod. Alimentícios Vigor	-	169	22.336	-	-	81
JBS Agropecuária Ltda.	-	87	35	-	271	-
Flora Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	4	18.094	-	109	16.724
Flora Dist. Produtos de Hig. Limp. S.A.	-	57	28.335	-	-	54.639
	20.728	90.676	362.229	8.374	52.223	287.548

Garantias prestadas e/ou recebidas

A Companhia é garantidora da operação de captação de US Bonds da controlada JBS USA, no montante de US\$ 700 milhões com vencimento em 2014.

A JBS USA em conjunto com suas subsidiárias, JBS USA, LLC e Swift Beef Company, garantem, de forma quirografária, US\$ 300 milhões das Notas 2016 emitidas pela Companhia, em consequência de compromisso contido na escritura de emissão que rege tais notas.

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições aproximadas com as captações similares de recursos em instituições financeiras, clientes e fornecedores.

Dentre as operações entre partes relacionadas de maior representatividade, ressaltam-se a compra de gado para abate entre a Companhia e a controlada JBS Confinamento e empresa ligada JBS Agropecuária. Tais operações são realizadas a preços e condições regulares de mercado, na respectiva região pois toma como referência os preços vigentes no mercado e praticado com outros fornecedores que não têm quaisquer vínculos com a Companhia. A quantidade de gado fornecido por essas partes relacionadas é irrelevante dentro do volume demandado pela Companhia.

Nos contratos de mútuo incidem juros e variação cambial, quando aplicável.

Durante o período findo em 31 de março de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Em 23 dezembro de 2010 a Companhia recebeu um adiantamento de sua subsidiária indireta Sampco Inc no montante de US\$ 135,0 milhões (R\$ 224.937) referente a um contrato de venda futura de carne com previsão de entrega em até três anos. Em 31 de março de 2013 o saldo havia sido 100% amortizado, sendo o saldo não amortizado do período comparativo de 31 dezembro de 2012 de US\$ 11.371 (R\$ 23.237).

Adicionalmente, em 31 de março de 2013 a Companhia possui o saldo a receber de sua coligada Vigor Alimentos S.A. o montante de R\$ 1.540, referente a dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos estão registrados sobre a rubrica de "outros ativos" nas demonstrações contábeis intermediárias da controladora, sendo eliminado na consolidação.

Consolidado - Créditos com empresas ligadas

O saldo consolidado de créditos com empresas ligadas, no montante de R\$ 632.414 em 31 de março de 2013 (R\$ 548.909 em 31 de dezembro de 2012) na Companhia decorre do crédito da subsidiária indireta JBS Five Rivers, subsidiária da JBS USA e a J&F Oklahoma, referente a utilização da linha de crédito de até US\$ 375 milhões, sobre a qual incide juros, entre a subsidiária indireta JBS Five Rivers e a J&F Oklahoma, subsidiária da controladora J&F Participações S.A., não consolidada, onde a J&F Oklahoma se utiliza desse crédito para aquisição de gado para engorda que são colocados nos confinamentos da JBS Five Rivers para serem aprontados para o abate.

A J&F Oklahoma possui ainda 2 acordos comerciais com subsidiárias da Companhia:

- i) Contrato de fornecimento de gado e acordo de alimentação com a JBS Five Rivers, onde esta se responsabiliza pelo gado pertencente à J&F Oklahoma e cobra os custos medicinais e de engorda, além de uma taxa diária de aluguel;
- ii) Contrato de compra e venda de gado com a JBS USA de ao menos 500.000 cabeça ao ano, a partir de 2009 até 2016.

A JBS Five Rivers é também garantidora em terceiro grau, após garantia de ativos da própria J&F Oklahoma e sua controladora, de até US\$ 250 milhões em uma linha de crédito da J&F Oklahoma.

Em junho de 2011, a J&F Australia firmou contrato de compra e venda de gado com a JBS Australia, conforme esse contrato, a J&F Australia deve vender para a JBS Austrália e esta deve comprar no mínimo 200.000 cabeças de gado da J&F Austrália por ano.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, no trimestre findo em 31 de março de 2013 e exercício findo em 31 de Dezembro de 2012:

	Membros	31.03.13	31.12.12
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	15	1.872	7.268
	15	1.872	7.268

Os membros suplentes do Conselho de Administração são remunerados por reunião de Conselho em que comparecem.

O Diretor Executivo de Relações Institucionais, o Diretor de Administração e Controle e o Diretor de Relação com Investidores são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Não contemplam as remunerações quaisquer participações nos resultados da Companhia, ou outros benefícios corporativos adicionais aos empregados ou que se estendam aos familiares.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 R1 – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

10 Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto "Joint ventures"

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Investimentos em coligadas, controladas e Joint ventures	6.401.546	5.431.545	276.529	258.620
Ágio em subsidiárias	749.335	687.331	-	-
	7.150.881	6.118.876	276.529	258.620

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Informações relevantes sobre os investimentos no período findo em 31 de março de 2013:

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
Em controladas:						
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	99,00%	84.732	2	14.727	-	(1.927)
JBS Global Investments S.A.	100,00%	6.857	147.007	6.858	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	100,00%	529.699	1.218.645	259.045	191.642	(3.798)
JBS Global Luxembourg S.à.r.l.	100,00%	122.656	101.052	34.594	392	1.033
JBS Aves Ltda	100,00%	862.938	55.173	20.819	383.883	1.372
JBS USA, Inc.	99,90%	17.157.313	2.064.687	3.001.206	14.173.349	(74.531)
JBS Confinamento Ltda.	100,00%	563.430	473.401	419.802	34.345	(8.248)
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	100,00%	79.321	169.665	76.396	8.445	(1.475)
JBS Leather Italia S.R.L.	100,00%	81.685	30.201	22.255	33.763	(1.591)
LLC Lesstor	70,00%	35.421	10	34.624	45	(1.247)
JBS S/A (DMCC BRANCH)	100,00%	80	1.180	42	-	(161)
JBS Leather Paraguay	97,50%	38	18	16	20	(4)
JBS Holding GMBH	100,00%	4.162.396	1.482.046	2.121.078	348.779	77.708
FG Holding III Ltda.	100,00%	75	53	75	-	-
JBS Global Meat S.A	100,00%	135.001	135.001	135.001	-	-
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	100,00%	32.149	15.792	11.256	9.870	(89)
Em coligadas:						
Vigor Alimentos S.A.	21,12%	1.924.349	1.191.378	1.225.351	352.360	1.479

Nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, o ágio é reconhecido como um ativo intangível e os ativos e passivos adquiridos são consolidados na Companhia. Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais, o ágio é registrado em investimentos, o mesmo grupo de ativos não circulantes, vide detalhamento dos ágios na nota explicativa 12.

Na controladora:

	Saldo em 31.12.12	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.03.13
				No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do Período	
JBS Embalagens Metálicas Ltda.	16.488	-	-	-	(1.908)	14.580
JBS Global Investments S.A.	6.959	-	(101)	-	-	6.858
JBS Holding Internacional S.A.	278.551	-	-	(15.708)	(3.798)	259.045
JBS Global Luxembourg S.à.r.l.	37.639	-	(1.556)	(2.522)	1.033	34.594
JBS Aves Ltda	19.447	-	-	-	1.372	20.819
JBS USA, Inc.	3.095.648	-	(38.830)	15.828	(74.456)	2.998.190
JBS Confinamento Ltda.	428.050	-	-	-	(8.248)	419.802
JBS Slovakia Holdings, s.r.o.	80.819	-	(2.948)	-	(1.475)	76.396
JBS Leather Italia S.R.L.	24.830	-	(984)	-	(1.591)	22.255
LLC Lesstor	25.955	-	(845)	-	(873)	24.237
JBS S/A (DMCC BRANCH)	25	179	(1)	-	(161)	42
JBS Leather Paraguay	20	-	-	-	(4)	16
JBS Holding GMBH ⁽¹⁾	1.147.302	969.039	(20.733)	(52.240)	77.708	2.121.076
FG Holding III Ltda.	75	-	-	-	-	75
JBS Global Meat S.A ⁽²⁾	-	135.001	-	-	-	135.001
Novaprom Foods e Ingredientes Ltda	11.117	1.000	-	(772)	(89)	11.256
Vigor Alimentos S.A.	258.620	(1.540)	-	(88)	312	257.304
Total	5.431.545	1.103.679	(65.998)	(55.502)	(12.178)	6.401.546

No consolidado:

	Saldo em 31.12.12	Adição (Baixa)	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.03.13
			No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do Período	
Vigor Alimentos S.A.	258.620	(1.540)	(88)	312	257.304
Meat Snacks Partners Ltda. ⁽³⁾	-	17.817	56	1.352	19.225
Total	258.620	16.277	(32)	1.664	276.529

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

(i) - Conforme definido no CPC 2/IAS 21- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis intermediárias, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) - Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão e transações de capital, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

Abaixo segue detalhamento das principais adições e baixas dos investimentos do período:

(1)- JBS Holding GMBH. - A Companhia efetuou aumento de capital em dinheiro no montante de R\$ 969.039.

(2)- JBS Global Meat S.A. - Em janeiro de 2013 a Companhia efetuou a capitalização de R\$ 135.001 na JBS Global Meat S.A., através da aquisição da Midtown, detentora dos Ativos do Independência, conforme descrito na nota explicativa 1, item c.

(3)- Meat Snacks Partners Ltda. - Refere-se a desconsolidação de 50% da Meat Snacks Partners Ltda., conforme descrito em nota explicativa 3 item ae).

11 Imobilizado

Controladora	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.03.13	31.12.12
Imóveis	2.863.235	116.616	(391.816)	2.588.035	2.601.780
Terra nua e terrenos	915.307	9.305	-	924.612	924.612
Máquinas e equipamentos	4.152.667	44.510	(987.843)	3.209.334	3.188.539
Instalações	897.353	21.737	(202.947)	716.143	697.131
Equipamentos de informática	186.457	696	(78.691)	108.462	112.382
Veículos	407.823	66	(153.547)	254.342	268.081
Obras em andamento	875.494	-	-	875.494	831.154
Outros	171.603	1.249	(28.835)	144.017	143.958
	10.469.939	194.179	(1.843.679)	8.820.439	8.767.637

Consolidado	Custo	Reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.03.13	31.12.12
Imóveis	6.155.868	116.616	(842.328)	5.430.156	5.452.710
Terra nua e terrenos	1.900.672	9.305	-	1.909.977	1.885.072
Máquinas e equipamentos	8.983.599	44.510	(3.086.427)	5.941.682	5.901.489
Instalações	916.634	21.737	(215.047)	723.324	703.427
Equipamentos de informática	366.516	696	(158.147)	209.065	210.917
Veículos	650.211	66	(331.575)	318.702	334.270
Obras em andamento	1.378.238	-	-	1.378.238	1.220.139
Outros	774.520	1.249	(256.300)	519.469	499.616
	21.126.258	194.179	(4.889.824)	16.430.613	16.207.640

A Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	Taxas ponderadas anuais de depreciação em 31 de março de			
	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Imóveis	3,01%	3,85%	3,00%	3,66%
Terra nua e terrenos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Máquinas e equipamentos	6,42%	8,64%	6,19%	8,17%
Instalações	5,36%	5,21%	5,13%	5,14%
Equipamentos de informática	12,88%	15,86%	11,57%	13,98%
Veículos	11,26%	11,44%	10,86%	10,95%
Outros	3,14%	7,34%	2,88%	5,44%

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	Adições líquidas de				31.03.13
	31.12.12	transferências	Baixas	Depreciação	
Imóveis	2.601.780	7.827	-	(21.572)	2.588.035
Terra nua e terrenos	924.612	-	-	-	924.612
Máquinas e equipamentos	3.188.539	88.144	(730)	(66.619)	3.209.334
Instalações	697.131	31.033	-	(12.021)	716.143
Equipamentos de informática	112.382	2.148	(65)	(6.003)	108.462
Veículos	268.081	2.123	(4.384)	(11.478)	254.342
Obras em andamento ⁽¹⁾	831.154	44.340	-	-	875.494
Outros	143.958	1.418	(13)	(1.346)	144.017
	8.767.637	177.033	(5.192)	(119.039)	8.820.439

Consolidado	Adições líquidas de						31.03.13
	31.12.12	Aquisição Agrovêneto	transferências	Baixas	Depreciação	Varição Cambial	
Imóveis	5.452.710	16.949	63.130	(8)	(60.439)	(42.186)	5.430.156
Terra nua e terrenos	1.885.072	1.468	31.733	(32)	-	(8.264)	1.909.977
Máquinas e equipamentos	5.901.489	56.454	233.497	(1.879)	(195.689)	(52.190)	5.941.682
Instalações	703.427	1.106	31.049	-	(12.231)	(27)	723.324
Equipamentos de informática	210.917	87	15.597	(185)	(14.563)	(2.788)	209.065
Veículos	334.270	28	8.072	(6.399)	(18.602)	1.333	318.702
Obras em andamento ⁽¹⁾	1.220.139	861	162.361	-	-	(5.123)	1.378.238
Outros	499.616	263	38.013	(217)	(14.226)	(3.980)	519.469
	16.207.640	77.216	583.452	(8.720)	(315.750)	(113.225)	16.430.613

⁽¹⁾ - Obras em andamento – As adições no montante de R\$ 44.340 na Companhia, e R\$ 162.361 no Consolidado incluem capitalização de juros no montante de R\$ 4.761 e R\$ 7.957 respectivamente, para o trimestre findo em 31 de março de 2013.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Parte do aumento em obras em andamento na controladora, com reflexo no consolidado, é decorrente, principalmente, das recentes aquisições de ativos pela Companhia. Os ativos são registrados como obras em andamento e subsequentemente transferidos para as respectivas contas de patrimônio a que se referem, vide nota explicativa 18.

Até dezembro de 2007 foi efetuada reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado, de grande parte das unidades industriais da Companhia acrescida aos saldos do ativo imobilizado em contrapartida à rubrica reserva de reavaliação e da provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos. O método e premissa aplicado à estimativa do valor justo dos itens, foi determinado diretamente a partir de preços observáveis em mercado ativo. Em 31 de março de 2013, o saldo de reavaliações no ativo imobilizado é de R\$ 194.179, a reserva de reavaliação é de R\$ 95.677 e a provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos é de R\$ 44.715. Para as reavaliações acrescidas ao ativo imobilizado foi registrada depreciação acumulada no montante de R\$ 53.787.

A Companhia e suas controladas efetuaram a revisão da vida útil dos ativos imobilizados, através da contratação de empresa especializada, onde não foram identificadas divergências relevantes se comparadas as vidas úteis adotadas até 31 de dezembro de 2009. A partir de 1 de janeiro de 2010 as novas aquisições são registradas com vida útil estimada dos ativos e anualmente todas as vidas úteis dos ativos imobilizados são devidamente revisadas e, quando aplicável alteradas.

Capitalização de juros - Custos dos empréstimos

De acordo com as premissas estabelecidas pelo IAS 23/CPC 20 R1 – Custos dos empréstimos, a Companhia realizou a capitalização dos custos de empréstimos direta e indiretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis, os quais estão representados exclusivamente por obras em andamento. Os custos de empréstimos alocados aos ativos qualificáveis, em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, encontram-se apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Imobilizado em andamento	832.155	790.883	1.302.521	1.147.013
(+) custos de empréstimos capitalizados	43.339	40.271	75.717	73.126
	875.494	831.154	1.378.238	1.220.139

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

Em atendimento as exigências do IAS 36/CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis em 31 de dezembro de 2012, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do exercício não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes. As premissas do teste anual de recuperação estão descritas na nota explicativa 12.

12 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Ágio (de incorporações e em subsidiárias)	9.069.926	9.069.926	10.447.050	10.351.556
Marcas e patentes	452.578	452.578	683.272	687.165
Softwares	9.392	9.460	15.594	15.810
Direito de exploração do uso da água	-	-	65.370	66.326
Carteira de clientes	-	-	559.194	584.551
Outros intangíveis	-	-	2.568	2.804
	9.531.896	9.531.964	11.773.048	11.708.212

Movimentação do Intangível

Controladora	31.12.12	Adição	Baixa	Amortização ⁽¹⁾	31.03.13
Ágio de incorporadas	9.069.926	-	-	-	9.069.926
Marcas e patentes	452.578	-	-	-	452.578
Softwares	9.460	879	(8)	(939)	9.392
	9.531.964	879	(8)	(939)	9.531.896

Consolidado	31.12.12	Adição	Baixas	Amortização ⁽¹⁾	Varição Cambial	31.03.13
Ágio de incorporadas ⁽²⁾	10.351.556	106.826	-	-	(11.332)	10.447.050
Marcas e patentes	687.165	209	-	(236)	(3.866)	683.272
Softwares	15.810	1.327	(133)	(1.328)	(82)	15.594
Direito de exploração do uso da água	66.326	-	-	(22)	(934)	65.370
Carteira de clientes	584.551	-	-	(16.781)	(8.576)	559.194
Outros intangíveis	2.804	-	-	(195)	(41)	2.568
	11.708.212	108.362	(133)	(18.562)	(24.831)	11.773.048

⁽¹⁾ - Referente a amortização de intangíveis com vida útil definida em combinações de negócios.

⁽²⁾ - As adições do trimestre referem-se à aquisição da JBS Global Meat (R\$ 62.004) e Agrovêneto S.A. (R\$ 44.822).

As marcas e patentes, direito de exploração da água e o ágio possuem vida útil indefinida e o seus valores recuperáveis são validados anualmente pelo teste de valor recuperável.

As despesas com amortização são contabilizadas nas contas de "Custo dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas".

Ágio: Conforme interpretação técnica ICPC 09 - demonstrações contábeis intermediárias Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio (goodwill) fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de Ativos Não Circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada).

Sendo assim, na controladora encontra-se como intangível apenas o ágio proveniente da incorporação da Bertin, sendo os demais alocados como investimentos. No consolidado todos os ágios são registrados como intangível.

Detalhamento do Ágio
Na Companhia - Registrados como intangível (Ágio)

Em dezembro de 2009 a Companhia incorporou a Bertin, tendo sido essa operação realizada com base no valor de mercado da Bertin, suportado por laudo de avaliação econômica elaborado por empresa especializada. O valor base da operação de troca de ações entre as empresas, foi no montante de R\$ 11.987.963, o que gerou um ágio na aquisição da Bertin de R\$ 9.069.926 o qual, de acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de negócios, representa o valor residual na apuração do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Na Combinação de Negócios foi alocado o montante de R\$ 414.111 para as contas de imobilizado e intangível.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Na Companhia - Registrados como investimento (Ágio em subsidiárias)

Em julho de 2007 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Swift Foods Company, a qual passou a se chamar JBS USA, tendo apurado um ágio no valor de R\$ 906.481, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura, que estava sendo amortizado no prazo de 5 anos. A amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 248.655, apresentando um valor líquido de R\$ 657.826 em 31 de março de 2013.

Em abril de 2011 a Companhia adquiriu 70% do capital social da LLC Lesstor tendo apurado um ágio de R\$ 13.461, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura.

Em janeiro de 2013, conforme descrito na nota explicativa 1, item c.) foi apurado um ágio preliminar na JBS Global Meat no montante de R\$ 62.004 sujeito a alterações que poderão ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC15 R1.

A Companhia, através de sua incorporada Bertin, possui outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 16.044, sendo referente os seguintes investimentos:

- i) Novaprom Foods Ingredients - R\$ 12.000
- ii) Phitoderm - R\$ 4.044

No consolidado - Registrados como intangível (Ágio)

A JBS USA possui ágio no montante de US\$ 224.864 mil, que corresponde em 31 de março de 2013 a R\$ 452.831 proveniente, principalmente, da aquisição em 2008 da Smithfield Beef, Tasman e Five Rivers.

Em 2007, a JBS Holding Internacional S.A., através de suas subsidiárias indiretas JBS Argentina S.A. e JBS Mendoza S.A., adquiriu 100% do capital social da Consorcios Rurales S.A. e da Argenvases S.A.I.C. e em 2008, através das mesmas subsidiárias indiretas adquiriu 100% do capital social da Colcar S.A., tendo apurado um ágio total de \$14.110 mil pesos, que corresponde em 31 de março de 2013 a R\$ 5.549. Os ágios estão fundamentados pela expectativa de rentabilidade futura.

A JBS Global Luxembourg possui ágio no montante de EUR 5.188 mil, que corresponde em 31 de março de 2013 a R\$ 13.413 proveniente da aquisição do Grupo Toledo, fundamentado na mais valia de ativos.

Em março de 2013 a JBS Aves Ltda. adquiriu a totalidade das ações da Agrovêneto S.A. Indústria de Alimentos tendo apurado um ágio preliminar no montante de R\$ 44.822 sujeito a alterações que poderão ocorrer no prazo máximo de um ano, nos termos definidos no IFRS 3 (R)/CPC 15 R1.

As subsidiárias da Companhia possuem outros ágios de menor representatividade decorrente de aquisição de empresas, fundamentado por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 111.174, referentes aos seguintes investimentos:

- i) JBS Holding Inc - R\$ 21.608
- ii) Misr Cold - R\$ 22.955
- iii) Rigamonti - R\$ 59.814
- iv) Wonder Best - R\$ 1.982
- v) IFPSA - R\$ 4.815

A Companhia, conforme orientação expressa na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, se adequou ao critério de não mais amortizar o ágio por expectativa de rentabilidade futura a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2009, o que está em linha com o IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 Combinações de Negócios. Cabe ressaltar que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não mais podem ser amortizados conforme orientação dessas deliberações e as práticas contábeis internacionais - IFRS.

O ágio e os ativos intangíveis sem vida útil estimada são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperabilidade, nos termos do IFRS 3 (R)/CPC 15 R1 - Combinações de negócios.

Teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPC 01 R1 (R)- Redução do Valor Recuperável de Ativos.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 10 anos variaram de 3% a 4% ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 9,4% a 11,0% ao ano, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas de vendas** – As receitas foram projetadas entre 2013 e 2022 considerando os crescimentos do volume dos diferentes produtos das Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais** – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Além disso, foram considerados ganhos de eficiência derivados de sinergias de combinações de negócios e melhorias de processos.
- **Investimentos de capital** – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infra-estrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações contábeis intermediárias de 31 de dezembro de 2012, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o período findo em 31 de março de 2013, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Commodities - Compra de gado	505.048	621.664	1.320.801	1.658.863
Materiais e serviços	316.883	331.373	1.826.602	1.667.392
Produtos acabados	49.236	47.236	188.456	238.015
	871.167	1.000.273	3.335.859	3.564.270

14 Empréstimos e financiamentos

A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda funcional do referido país de origem.

Passivo Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora	
		31.03.13	31.12.12
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 2,70% a 5,20%	2.933.069	2.866.405
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 6%	573.196	721.888
144-A	Variação cambial e juros de 6,25% a 10,50%	71.458	107.459
Nota de crédito - exportação	Variação cambial e juros de 7,85%	8.867	8.837
		3.586.590	3.704.589
Em moeda nacional			
FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	66.082	61.542
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	60.001	87.012
BNDES automático - TJLP	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	21.114	32.495
BNDES automático - Cestas de moeda	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	2.950	4.597
Capital de Giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 114,4% CDI	654.645	156.201
Nota de crédito - exportação	Juros de 1,2% a 3,4% ou 100% a 118,5% do CDI	650.985	1.297.734
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	503	617
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4.071	4.416
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	6.529	6.571
		1.466.880	1.651.185
		5.053.470	5.355.774

Passivo Não Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora	
		31.03.13	31.12.12
Em moeda estrangeira			
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 6%	483.557	623.756
144-A	Variação cambial e juros de 6,25% a 10,50%	4.084.341	3.145.834
Nota de crédito - exportação	Variação cambial e juros de 7,85%	8.541	8.667
		4.576.439	3.778.257

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Em moeda nacional

FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	175.068	173.894
BNDES automático - TJLP	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	40	1.322
BNDES automático - Cestas de moeda	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	-	118
Capital de Giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 114,4% CDI	1.402.001	2.082.037
Nota de crédito - exportação	Juros de 1,2% a 3,4% ou 100% a 118,5% do CDI	1.250.548	736.386
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	-	50
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	15.646	16.642
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	5.818	7.179
		2.849.121	3.017.628
		7.425.560	6.795.885

Desmembramento:

Passivo circulante	5.053.470	5.355.774
Passivo não circulante	7.425.560	6.795.885
	12.479.030	12.151.659

O vencimento do passivo não circulante compõe-se:

2014	882.997	1.479.962
2015	1.384.024	1.382.980
2016	2.156.090	1.915.630
2017	169.494	164.877
2018	1.821.892	1.848.336
2019	2.901	2.880
2020	1.067	1.046
2021	195	174
Vencimentos após 2021	1.006.900	-
	7.425.560	6.795.885

Passivo Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.03.13	31.12.12
Em moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Variação cambial e juros de 2,70% a 5,20%	3.005.796	2.906.352
Pré-pagamento	Variação cambial, Libor e juros de 1% a 6%	634.134	783.394
144-A	Variação cambial e juros de 6,25% a 10,50%	71.458	107.459
Nota de Crédito - exportação	Variação cambial e juros de 7,85%	8.867	8.837
		3.720.255	3.806.042

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Em moeda nacional

FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	66.998	62.435
Installment note corp aircraft (Notas a Pagar)	Libor e juros de 1,75%	12.874	13.534
JBS Mortgage	Juros de 5,8% a 8,4%	3.564	3.545
EXIM - fomento à exportação	TJLP e juros de 5,81%	60.001	87.012
BNDES automático - TJLP	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	21.114	32.495
BNDES automático - Cestas de moeda	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	2.950	4.597
US revolver	Libor ou Prime + taxa aplicável	1.381	631
JBS Term Loan	Alternate Base Rate ("ABR") + 1,75% ou Eurodollar + 2,75%	10.403	19.550
Five Rivers term loan	Libor + 2,75% ou Prime + 1,5%	11.467	11.991
Senior notes vencimento 2014	Juros de 11,625%	68.735	28.178
Senior notes vencimento 2020	Juros de 8,25%	19.383	49.173
Senior notes vencimento 2021	Juros de 7,25%	31.633	8.025
PPC - US Senior note vencimento 2018	Juros de 7,875%	23.348	3.576
PPC - US credit facility - revolving credit facility	Juros de 4,3% a 6,3%	507	727
PPC - US credit facility - term loans	Juros de 4,8% a 9,0%	44.177	47.160
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	864	915
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	3.981	4.007
Marshalltown	Juros de 2,34%	38	41
Capital de Giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 114,4% CDI	654.645	156.201
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	103.147	95.805
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	33.575	39.536
Capital de giro - Pesos Argentinos	Juros de 18,77%	98.196	129.007
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 3,4% ou 100% a 118,5% do CDI	650.985	1.297.734
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	503	617
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	4.071	4.416
Nota de crédito - importação	Juros de 4,44% (Libor e Juros 2,80%)	143.507	106.527
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos	Juros de 4,5%	2.158	1.747
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	6.529	6.571
Nota de crédito - rural	Juros de 5,5%	67.804	50.125
ANZ Credit facility	Juros de 4%	31.488	-
Outros		1.115	26.978
		2.181.141	2.292.856
		5.901.396	6.098.898

Passivo Não Circulante

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31.03.13	31.12.12
Em moeda estrangeira			
Pré-pagamento	Varição cambial, Libor e juros de 1% a 6%	483.557	623.756
144-A	Varição cambial e juros de 6,25% a 10,50%	4.084.341	3.145.834
Nota de Crédito - exportação	Varição cambial e juros de 7,85%	8.541	8.667
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	Varição cambial e juros de 2,70% a 5,20%	1.661	-
		4.578.100	3.778.257

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Em moeda nacional

FINAME	TJLP e juros de 1% a 8,5%	177.594	176.647
JBS Mortgage	Juros de 5,8% a 8,4%	29.740	31.110
BNDES automático - TJLP	TJLP + Juros de 3,1% a 5,44%	40	1.322
BNDES automático - Cestas de moeda	Cestas moeda + juros de 2% a 3,1%	-	118
US revolver	Libor ou Prime + taxa aplicável	435.418	16.182
JBS Term Loan	Alternate Base Rate ("ABR") + 1,75% ou Eurodollar + 2,75%	916.666	933.526
Five Rivers term loan	Libor + 2,75% ou Prime + 1,5%	138.559	146.302
Senior note vencimento 2014	Juros de 11,625%	1.385.980	1.400.846
Senior note vencimento 2020	Juros de 8,25%	1.376.199	1.395.253
Senior note vencimento 2021	Juros de 7,25%	1.274.248	1.291.968
PPC - US Senior note vencimento em 2018	Juros de 7,875%	985.739	999.408
PPC - US credit facility - revolving credit facility	Juros de 4,3% a 6,3%	158.126	196.595
PPC - US credit facility - term loans	Juros de 4,8% a 9,0%	1.070.230	1.091.517
PPC - US bonds	Juros de 7,625% a 9,25%	7.316	7.424
Plainwell Bond	Juros de 4,39%	23.396	24.692
Marshalltown	Juros de 2,34%	19.316	19.581
Capital de Giro - Reais	Juros de 4% + 100% CDI ou 100% a 114,4% CDI	1.402.001	2.082.037
Capital de giro - Dólares Americanos	Libor e juros 1,10% a 3,20%	22.458	24.455
Capital de giro - Euros	Euribor e juros 0,15% a 1,75%	2.686	3.712
Nota de Crédito - exportação	Juros de 1,2% a 3,4% ou 100% a 118,5% do CDI	1.250.548	736.386
FCO - Fundo do Centro Oeste	Juros de 10,00%	-	50
FNO - Fundo do Norte	Juros de 10,00%	15.646	16.642
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos	Juros de 4,5%	13.042	8.837
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	TJLP e juros de 2,11% a 6,82%	5.818	7.179
Outros		5.558	-
		10.716.324	10.611.789
		15.294.424	14.390.046
Passivo circulante		5.901.396	6.098.898
Passivo não circulante		15.294.424	14.390.046
		21.195.820	20.488.944

O vencimento do passivo não circulante compõe-se:

2014	3.571.826	4.245.577
2015	1.411.016	1.411.281
2016	2.731.341	2.072.807
2017	180.227	176.015
2018	3.709.257	3.762.264
2019	2.901	2.880
2020	1.392.533	1.412.395
2021	1.274.443	1.292.142
Vencimentos após 2021	1.020.880	14.685
	15.294.424	14.390.046

ACC – Adiantamentos de Contratos de Câmbio, são créditos tomados junto às instituições financeiras pela Companhia e pela controlada JBS Argentina S.A. e representam US\$ 1.496.840 em 31 de março de 2013 (US\$ 1.422.242 em 31 de dezembro de 2012), destinados a financiamento das operações de exportações.

CDC – Contrato de Financiamento de Capital de Giro, crédito tomado junto a instituições financeiras pela JBS S.A., para financiamento da frota de caminhões na divisão de transporte.

US BONDS - Em 27 de abril 2009, a subsidiária JBS USA efetuou uma captação de US\$ 700 milhões por meio de US\$ Bonds com prazo de 5 anos para pagamento e cupom de 11,625% ao ano, com desconto de US\$ 48,7 que deverá ser acrescido ao empréstimo de acordo com sua vida útil. A operação está garantida pela Companhia e pela controlada JBS USA e subsidiárias, como avalistas.

144-A – Refere-se a quatro emissões de notas sob a regra 144-A: (i) Notas 2016 - JBS S.A. no montante de US\$ 300 milhões e com cupom de 10,50% a.a.; (ii) Notas 2016 da Bertin (sociedade da qual a Companhia é sucessora) no montante de US\$ 350 milhões e cupom de 10,25% a.a., (iii) Notas 2018 - JBS S.A. no montante de US\$ 900 milhões e cupom de 8,25% a.a. e (iv) Notas 2023 - JBS S.A., no montante de US\$ 500 milhões e cupom de 6,25% a.a.

FINAME / FINEM - Os contratos de financiamento com o BNDES estão garantidos pelos próprios bens objetos do financiamento.

ABL (Asset Based Loan) – Em 12 de maio de 2011 a subsidiária JBS USA, LLC efetuou a captação de US\$ 850 milhões, com uma taxa de LIBOR + 1,75% ao ano e vencimento em 5 anos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Term Loan B - Em 27 de maio de 2011 a subsidiária JBS USA, LLC efetuou a captação de US\$ 475 milhões com prazo de 7 anos e custo de LIBOR + 3% ao ano.

Term Loan A - Em 14 de junho de 2011 a subsidiária indireta JBS Five Rivers efetuou a captação de US\$ 85 milhões com prazo de 5 anos e custo de LIBOR + 2,75% ao ano.

Nota de crédito Rural – Refere-se à captação pela controlada JBS Aves de recursos com a Caixa Econômica Federal, com o propósito de fomentar a cadeia produtiva (rural). O pagamento será efetuado dentro do prazo de um ano, tendo como garantidor a J&F Participações S.A.

15 Operações de Créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants")

Em 31 de março de 2013, todos os covenants foram cumpridos. A seguir, segue breve comentário sobre as principais operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants") da controladora e de suas subsidiárias.

Notas 2016 - JBS S.A. - Em 4 de agosto de 2006, a Companhia emitiu notas com vencimento em 2016, com valor principal total de US\$ 300 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2016 são de 10,50% ao ano e são devidos semestralmente em 4 de fevereiro e 4 de agosto de cada ano, a partir de 4 de fevereiro de 2007. O valor principal das Notas 2016 será integralmente devido em 4 de agosto de 2016. Conforme a primeira escritura suplementar, de 31 de janeiro de 2007, a JBS Finance Ltd. é co-emissora.

Em 19 de abril de 2012, a Companhia anunciou o processo de solicitação de consentimento junto aos detentores das Notas 2016 para alterar a restrição aos pagamentos restritos, para permitir que pagamentos restritos sejam feitos com participações acionárias e/ou ativos de qualquer subsidiária não essencial da JBS S.A., contanto que tal pagamento restrito não ultrapasse 2% da receita consolidada total da JBS S.A.. O processo de solicitação de consentimento expirou em 3 de maio de 2012 com a Companhia recebendo o consentimento requerido para implementar as alterações.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 exige que qualquer subsidiária significativa (conforme definida na escritura de emissão que rege as Notas 2016) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016, sujeita a determinadas exceções. As Notas 2016 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), pela JBS USA Holdings, JBS USA, LLC e Swift Beef Company. Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 no futuro.

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- consolidar ou celebrar fusão ou alienar todos os ativos a outra sociedade;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2016, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2016 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2016 da Bertin - a Bertin S.A., sociedade da qual a Companhia é sucessora por incorporação, emitiu as Notas 2016 da Bertin, no valor principal total de US\$ 350 milhões, em 13 de outubro de 2006 (ainda sob a denominação social de Bertin Ltda.). Os juros sobre as Notas 2016 da Bertin S.A. são de 10,25% ao ano, pagos semestralmente em 5 de abril e 5 de outubro de cada ano, com início em 5 de abril de 2007. O valor principal das Notas 2016 da Bertin será devido integralmente em 5 de outubro de 2016.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Em 14 de dezembro de 2009, a Bertin concluiu o processo de solicitação de consentimento relativa às Notas 2016 da Bertin. A solicitação de consentimento (1) alterou algumas disposições do contrato que rege as Notas 2016 da Bertin a conformar as disposições do contrato que rege as Notas 2016 (2) alterou as disposições sobre mudança de controle para excluir a incorporação da Bertin como um evento que provocaria uma mudança de controle nos termos das Notas 2016 da Bertin. A escritura de emissão complementar implementando estas alterações das Notas 2016 da Bertin foi assinada em 22 de dezembro de 2009.

Em 19 de abril de 2012, a Companhia anunciou o processo de solicitação de consentimento junto aos detentores das Notas 2016 da Bertin para alterar a restrição aos pagamentos restritos, para permitir que pagamentos restritos sejam feitos com participações acionárias e/ou ativos de qualquer subsidiária não essencial da JBS S.A., contanto que tal pagamento restrito não ultrapasse 2% da receita consolidada total da JBS S.A.. O processo de solicitação de consentimento expirou em 3 de maio de 2012 com a Companhia recebendo o consentimento requerido para implementar as alterações.

Garantias: A escritura de emissão que rege as Notas 2016 da Bertin exige que qualquer "subsidiária material" (como definido no prospecto de emissão das Notas 2016 da Bertin) garanta a totalidade das obrigações da Companhia previstas nas Notas 2016 da Bertin. As Notas 2016 da Bertin são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia). Outras subsidiárias da Companhia poderão ser requeridas a garantir as Notas 2016 da Bertin no futuro.

Restrições Contratuais (covenants): A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a acionistas;
- vender ou alienar ativos;
- celebrar certas transações com partes relacionadas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir o negócio ou ativos de outras entidades;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback);
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2016 da Bertin; e
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por subsidiárias restritas.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2016 da Bertin incluem restrições contratuais que limitam a Companhia (na qualidade de sucessora legal da Bertin por incorporação) e suas subsidiárias de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida/EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2016 da Bertin) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2016 da Bertin estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2016 da Bertin; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES ou da Corporação Financeira Internacional ou outras agências governamentais ou internacionais.

Além disso, de acordo com as Notas 2016 da Bertin, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2016 da Bertin; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2016 da Bertin; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos, o valor do pagamento não exceda US\$ 30 milhões.

Eventos de inadimplemento: A escritura de emissão das Notas 2016 da Bertin prevê, ainda, eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças contidos na escritura de emissão, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos acontecimentos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das Notas 2016 da Bertin à época poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as Notas 2016 da Bertin.

Notas 2018 - JBS S.A. - Em 29 de julho de 2010, a JBS Finance II Ltd., uma subsidiária integral da Companhia, emitiu notas seniores com vencimento em 2018, com valor principal total de US\$ 700 milhões e em 10 de setembro de 2010 a Companhia emitiu notas adicionais com valor principal de US\$ 200 milhões nos termos da escritura que rege as Notas 2018. Os juros incidentes sobre as Notas 2018 são de 8,25% ao ano e devidos semestralmente em 29 de janeiro e 29 de julho de cada ano, com início em 29 de janeiro de 2011. O valor principal das Notas 2018 será integralmente devido em 29 de janeiro de 2018.

As Notas 2018 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), e JBS S.A..

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2018 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2018.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2018 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2018) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2018 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2018; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2018, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2018; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2018; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos.

Eventos de inadimplemento: A escritura das Notas 2018 prevê os eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Notas 2023 - JBS S.A. - Em 5 de fevereiro de 2013, a ESAL GmbH, uma subsidiária integral da Companhia, emitiu notas seniores com vencimento em 2023, com valor principal total de US\$ 500 milhões. Os juros incidentes sobre as Notas 2023 são de 6,25% ao ano e devidos semestralmente em 5 de fevereiro e 5 de agosto de cada ano, com início em 5 de agosto de 2013. O valor principal das Notas 2023 será integralmente devido em 5 de fevereiro de 2023.

As Notas 2023 são garantidas pela JBS Hungary Holdings Kft. (subsidiária integral indireta da Companhia), e JBS S.A..

Compromissos Restritivos (covenants): A escritura de emissão das Notas 2023 contém restrições contratuais de praxe quanto a capacidade da Companhia e a capacidade de algumas das subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- incorrer em endividamento adicional, caso a relação dívida líquida/EBITDA seja superior a um determinado índice;
- criar ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos a seus acionistas;
- de forma geral, permitir restrições a dividendos ou outros pagamentos a acionistas por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar transações de arrendamento com opção de recompra (sale leaseback); e
- alterar o controle sem efetuar uma oferta de compra das Notas 2023.

Como indicado acima, os termos e condições das Notas 2023 incluem restrições contratuais que limitam a Companhia e suas subsidiárias, inclusive a JBS USA, de incorrer em qualquer dívida (observadas certas exceções permitidas) a menos que a relação dívida líquida /EBITDA pro forma da Companhia (termos esses definidos na escritura das Notas 2023) na data em que for incorrida a dívida seja menor do que 4,75/1,0.

Ainda conforme indicado acima, as Notas 2023 estabelecem restrições à Companhia e suas subsidiárias de realizar certos atos, tais como: (i) pagar dividendos ou realizar quaisquer outros pagamentos sobre valores mobiliários; (ii) pagar dívidas ou outras obrigações; (iii) realizar empréstimos ou adiantamentos; ou (iv) transferir suas propriedades ou ativos. Não obstante, tais pagamentos poderão ser realizados em determinadas situações, tais como, (a) quando a existência de determinada obrigação for prévia à emissão das Notas 2023; (b) forem oriundas de lei; (c) quando a transferência de ativos ocorrer no curso natural dos negócios da Companhia e/ou suas subsidiárias, ou oriundas de cláusulas costumeiramente aceitas em contratos de joint venture firmados pelas subsidiárias; ou (d) for imposição de documentos padrões do BNDES.

Além disso, de acordo com as Notas 2023, a Companhia somente poderá, direta ou indiretamente, declarar ou pagar quaisquer dividendos ou fazer quaisquer distribuições relacionadas a valores mobiliários de emissão da Companhia (com a exclusão de instrumento de dívida conversíveis ou permutáveis por tais valores), se (i) não tiver ocorrido evento de inadimplemento das Notas 2023; (ii) a Companhia possa incorrer em pelo menos US\$ 1,00 de dívida nos termos do teste de dívida líquida/EBITDA estabelecida na escritura das Notas 2023; e (iii) o valor total a ser pago não exceda 50% do lucro líquido agregado apurado em determinado exercício social ou quando em determinado exercício social em que for apurado prejuízos.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Eventos de inadimplimento: A escritura das Notas 2023 prevê os eventos de inadimplimento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplimento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra evento de inadimplimento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal total das notas à época pendentes poderão declarar imediatamente devidos o principal e juros acumulados sobre as notas.

Garantia da linha de crédito da J&F Oklahoma - Em 07 de outubro de 2008, a J&F Oklahoma celebrou uma linha de crédito rotativo garantido no montante de US\$600 milhões. Essa linha de crédito e as respectivas garantias são respaldadas pelos ativos da J&F Oklahoma e pelos ativos líquidos da JBS Five Rivers. A linha de crédito é utilizada para financiar a obtenção de gado pela J&F Oklahoma, que é então alimentado nos confinamentos da JBS Five Rivers de acordo com contratos de fornecimento e alimentação de gado. O gado é vendido à JBS USA, LLC de acordo com o contrato de compra e venda de gado. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de setembro de 2010. A nova linha de crédito após o aditamento tem um montante disponível de US\$800 milhões com vencimento em 23 de setembro de 2014.

Em 14 de junho de 2011, a J&F Oklahoma e a JBS Five Rivers firmaram um terceiro aditamento do contrato de crédito afim de estender o limite para US\$1,0 bilhão e para adicionar a J&F Austrália como mutuário da linha. A nova linha de crédito após o aditamento possui vencimento em 14 de Junho de 2015. Em 6 de março de 2012 a J&F Oklahoma e a JBS Five Rivers assinaram uma alteração ao terceiro aditamento do contrato de crédito afim de estender o limite para US\$ 1,2 bilhões. Em 24 de janeiro de 2013, a J&F Oklahoma executou um quarto aditamento e alterou a linha de crédito para adicionar a J&F Canadá como um mutuário sob a linha de crédito, para permitir empréstimos sob opções cambiais adicionais e para estender a data de vencimento para 14 de Junho de 2016. Empréstimos nesta linha de crédito incorrem juros em taxas variáveis com base na LIBOR aplicável mais 2,25%, ou com base na taxa prime mais 1%. A taxa de juros em 31 de março de 2013 era de 2,4%. Em 31 de março de 2013, nenhum empréstimo era utilizado sob as letras de crédito e a disponibilidade de empréstimos era de US\$66,1 milhões. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a J&F Oklahoma tinha US\$944,5 milhões e US\$849,2 milhões, respectivamente, como saldos dos empréstimos desta linha de crédito.

O contrato de crédito é caucionado pelas contas recebíveis e estoques da J&F Oklahoma e também por certos ativos fixos, recebíveis e estoques da JBS Five Rivers. Entre outras exigências, a linha de crédito exige que a J&F Oklahoma mantenha certas razões financeiras, níveis mínimos de valor líquido e estabelecer limites em certos tipos de pagamentos, incluindo dividendos, investimentos e dispêndios de capital. Na maioria dos casos, o banco considera a posição e os resultados da J&F Oklahoma juntamente com os da JBS Five Rivers. A controladora da J&F Oklahoma celebrou um acordo keepwell no qual deverá fazer contribuições a J&F Oklahoma se a mesma não estiver em conformidade com os covenants contidas nesta linha de crédito. Se a J&F Oklahoma inadimplir com suas obrigações sob a linha de crédito e tal inadimplimento não for solvido pela controladora sob o acordo keepwell, a JBS Five River fica responsável por até US\$250,0 milhões dos empréstimos garantidos somados a certas outras obrigações e custos sob esta linha de crédito. Em 31 de março de 2013, a J&F Oklahoma estava em conformidade com as restrições financeiras (covenants) desta linha de crédito.

Linha de crédito para a J&F Oklahoma - A JBS Five Rivers é parte de contrato com a J&F Oklahoma, de acordo com o qual a JBS Five Rivers se comprometeu a conceder até US\$200 milhões em empréstimos rotativos à J&F Oklahoma. Os empréstimos são usados pela J&F Oklahoma na aquisição de animais a serem alojados nos confinamentos de gado da Five Rivers para engorda. Sobre os empréstimos incidem juros à taxa LIBOR anual acrescida de 2,25% sendo os juros devidos pelo menos trimestralmente. Em 26 de setembro de 2011, esta linha foi aditada e os juros passaram a incidir à taxa LIBOR anual acrescida de 2,75%. Esta linha de crédito foi aditada em 10 de setembro de 2010 para que seu vencimento passasse a ser em 11 de setembro de 2016. Em 14 de junho de 2011, a linha de crédito foi novamente aditada, desta vez com o fim de aumentar o limite de crédito para US\$375,0 milhões. Em 24 de janeiro de 2013, o contrato foi aditado para aumentar a linha para até US\$450,0 milhões. Os recursos adicionais serão utilizados para capital de giro. A taxa de juros em 31 de março de 2013 era de 3,1%.

Entidades de participação variável – Em 31 de março de 2013, a JBS USA Holdings possuía participação variável na J&F Oklahoma, que é considerada uma entidade de participação variável. Uma vez que o propósito do negócio da J&F Oklahoma é a propriedade de animais e o fato dos riscos e recompensas de possuir gado para confinamento e gado gordo serem da J&F Oklahoma, a JBS USA Holdings determinou que ela mesma é uma beneficiária não primária da J&F Oklahoma, embora esta tenha significativas participações variáveis na entidade. Portanto, os resultados da J&F Oklahoma não são consolidados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas. As significativas participações variáveis da JBS USA Holdings estão listadas abaixo e são discutidas mais acima:

- A JBS Five Rivers tem um acordo para fornecer até US\$450,0 milhões em empréstimos para a J&F Oklahoma;
- A JBS Five Rivers garante até US\$250,0 milhões dos empréstimos da Oklahoma sob a linha de crédito rotativo desta acrescidos de algumas outras obrigações e custos, que são garantidos pela e limitados aos ativos líquidos da JBS Five Rivers;
- Direitos e obrigações da JBS Five Rivers segundo o acordo de incentivo anual; e
- Direito e obrigações da JBS USA segundo o acordo de compra e venda de gado.

A exposição máxima da JBS USA Holdings às perdas relativas à estas participações variáveis é limitada a US\$450,0 milhões. Perdas potenciais segundo os termos do contrato de hospedagem e compra e venda de gado dependem das condições do mercado futuro e não podem ser quantificadas. Em 27 de maio de 2011, a JBS USA contribuiu com US\$35,0 milhões na JBS Five Rivers. Estes fundos foram contribuídos com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Em 31 de março de 2013, o valor carregado dos ativos líquidos da JBS Five Rivers foi de US\$460,5 milhões.

Descrição dos empréstimos da JBS USA

Linha de Crédito ANZ — Em 02 de Março de 2011, a JBS Australia celebrou uma linha de crédito de A\$35,0 milhões com o fim de financiar suas necessidades de capital de giro. A linha de crédito tinha taxa de juros igual a Bank Bill Swap Bid Rate ("BBSY") adicionada uma margem de 2%. A linha de crédito foi cancelada em 10 de fevereiro de 2012.

Linha de Crédito Sênior Garantida — Em 5 de Novembro de 2008, a JBS USA celebrou uma linha de Crédito Rotativo Sênior com Garantia ("Contrato de Crédito") que permitiu a tomada de empréstimos de até US\$400,0 milhões. Cerca de US\$75,0 milhões do Contrato de Crédito estavam disponíveis para a emissão de Cartas de Crédito.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Em 30 de junho de 2011, a JBS USA e a JBS Austrália emitiram o Contrato de Crédito Rotativo Sindicado ("Crédito Rotativo") afim de aditar o Contrato de Crédito. A linha de crédito fornece uma disponibilidade máxima de US\$850,0 milhões, disponível em três tranches de US\$625,0 milhões, US\$150,0 milhões e US\$75,0 milhões. A linha de crédito tem vencimento de 30 de Junho de 2016. Até US\$250,0 milhões do Contrato de Crédito Rotativo está disponível para a emissão de Cartas de Crédito. Em 26 de janeiro de 2012, a JBS USA e a JBS Austrália assinaram a primeira alteração do contrato de Crédito Rotativo para, principalmente, incluir um sub-crédito de US\$35,0 milhões para empréstimos de curto prazo de emergência para a JBS Austrália, que permitirá à JBS Austrália obter financiamentos no mesmo dia sob a linha de Crédito Rotativo. Os empréstimos incorrem juros com base na taxa LIBOR aplicável ou na taxa prime adicionada das margens aplicáveis, que são baseadas na utilização da linha.

Disponibilidade: A disponibilidade do Crédito Rotativo é sujeita à base de empréstimos. Esta se baseia em determinados ativos das subsidiárias integrais nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers. A base de empréstimos corresponde a porcentagens de contas a receber, estoques e suprimentos, excluindo-se determinadas reservas de qualificação e disponibilidades. Em 31 de março de 2013 havia um saldo de US\$87,8 milhões em letras de crédito e a disponibilidade de empréstimos era de US\$476,1 milhões.

Garantias e Cauções: Os empréstimos feitos pela JBS USA sob o Crédito Rotativo Sindicado são garantidos pela Companhia, JBS Hungary Holdings, Kft., pela JBS USA Holdings e todas as subsidiárias nacionais da JBS USA, à exceção da JBS Five Rivers. Além disso, os empréstimos são caucionados por juros incidentes sobre contas a receber, produtos acabados e estoques de suprimentos.

Covenants: O Crédito Rotativo contém representações ordinárias e garantias, além de restrições financeiras decorrentes, que exigem uma razão mínima e fixa de índice de cobertura de encargos de não menos do que 1,00 a 1,00. Essa razão é aplicável somente se a disponibilidade de empréstimos apresentar - se abaixo do limite mínimo, que é 10% das obrigações totais ou US\$72 milhões, dos dois o maior. O Contrato de Crédito também contém covenants restritivas quanto a capacidade da JBS USA e de algumas de suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- contrair dívidas adicionais;
- estabelecer penhor sobre propriedades, rendas ou ativos;
- contrair determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- pagar antecipadamente ou cancelar determinadas dívidas;
- dissolver, consolidar, incorporar ou adquirir negócio ou ativos de outras empresas;
- participar de determinadas joint-ventures ou criar certas subsidiárias;
- entrar em novas áreas de negócio;
- realizar determinadas operações com coligadas e certas joint ventures autorizadas;
- concordar com restrições relativas à capacidade das subsidiárias realizarem dividendos;
- concordar em oferecer garantias reais sobre determinados bens sem contratos em prol de qualquer outro credor, e
- celebrar vendas/leaseback e arrendamentos operacionais.

Eventos de Inadimplemento: O Crédito Rotativo contém cláusulas relativas à eventos de inadimplemento de praxe, incluindo a inobservância ou descumprimento das condições, covenants ou acordos arrolados no contrato de Crédito Rotativo, pagamento de inadimplências de outras dívidas, inadimplemento sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, o ajuizamento de ações judiciais e quaisquer outras medidas legais cabíveis em face do credor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, além de certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência ou questões ambientais. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, além de fazer uso de instrumentos jurídicos de acordo com os documentos de caução relacionados ao Crédito Rotativo. Em 31 de março de 2013, a JBS USA encontrava-se em conformidade com todos os covenants.

Nota a Pagar – refere-se ao financiamento de um investimento de capital da JBS USA. A Nota incorre juros à taxa LIBOR adicionada de uma margem de 1,75% por ano, com pagamentos devidos no início de cada mês. A nota tem vencimento em 1 de agosto de 2013.

Linha de crédito ANZ garantida – Em 7 de março de 2011, a JBS Austrália celebrou uma linha de crédito garantida para financiar suas necessidades de capital de giro e as condições da Carta de Crédito. Esta linha de crédito inclui um limite da carta de crédito de standby de A\$32,5 milhões e A\$20,0 milhões de linha de crédito de money market, sujeita a uma revisão anual. Em 27 de abril de 2012, a linha de crédito foi alterada, agregando um limite de carta de trade finance de A\$5,0 milhões e um limite de A\$26,0 milhões de um limite de carta de crédito standby. Em 11 de setembro de 2011, a linha de crédito foi atualizada para proporcionar um limite de A\$55,0 milhões de empréstimos de trade finance e um limite de A\$26,0 milhões de carta de crédito standby, sujeito a uma revisão anual. Em 31 de março de 2013, existia US\$22,5 milhões de saldo pendente de cartas de crédito e uma disponibilidade de empréstimos de US\$41,7 milhões.

Empréstimo rotativo de A\$250 milhões a pagar entre JBS USA e JBS Austrália – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo a longo prazo para a JBS Austrália no valor de A\$250,0 milhões, com juros baseados na Bank Bill Swap Bid Rate ("BBSY") de três meses acrescidos de 3% e com vencimento em 4 de maio de 2012, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Em 9 de novembro de 2010, a nota foi alterada para que o valor máximo de adiantamentos fosse para A\$350,0 milhões. Em 2 de fevereiro de 2011, a nota foi alterada para aumentar a quantidade máxima de adiantamentos a A\$400,0 milhões. Em 6 de julho de 2011, a nota foi alterada para reduzir a margem da taxa de juros de 3% sobre o BBSY para 2%. Em 7 de novembro de 2011, a nota foi alterada para estender a data de vencimento para 31 de dezembro de 2013 e para fazer a margem da taxa de juros igual ao Revolver Bill Rate Spread como definido no Crédito Rotativo em vigor no momento em que um adiantamento é feito. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo, divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. A taxa de juros média em 31 de março de 2013 era de 4,8%.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Empréstimo rotativo de A\$50 milhões a receber da JBS Austrália – Em 4 de maio de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS Austrália no valor de A\$50,0 milhões com juros baseados na BBSY de três meses acrescidos de 3%, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Embora tenham sido eliminados com a consolidação, estes empréstimos foram expressos em dólares australianos, contudo divulgados em dólares norte-americanos pela JBS USA Holdings. Por esse motivo, os contratos geram ganhos ou perdas na variação cambial dependendo das flutuações da taxa de câmbio no período entre o dólar australiano e o norte-americano. Esta nota venceu em 4 de maio de 2012.

Empréstimo rotativo de US\$50 milhões a receber da JBS USA – Em 19 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS USA com disponibilidade de empréstimo de até US\$50 milhões e com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5%, com a finalidade de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Os valores relacionados a esta nota são eliminados na consolidação. A nota venceu em 31 de março de 2012.

Empréstimo de US\$10 milhões a receber da Weddel Limited - Em 10 de maio de 2011, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Weddel Limited ("Weddel"), uma subsidiária integral da JBS USA Holdings, com juros baseados na taxa prime dos Estados Unidos adicionada de uma margem de 2,0%, com vencimento em 10 de Maio de 2012. Em 8 de maio de 2012 as notas foram alteradas para estender a data de vencimento para 31 de março de 2013. Em 26 de março de 2013, a nota foi alterada para estender a data de vencimento para 31 de Março de 2014. A taxa de juros em 31 de março de 2013 era de 5,3%. Os valores relacionados a esta nota são eliminados na consolidação.

Empréstimo de US\$50 milhões a receber da JBS Five Rivers - Em 27 de maio de 2010, a JBS USA emitiu um empréstimo de US\$50,0 milhões em mútuo para a JBS Five Rivers com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de 2,25%. Este empréstimo venceu em 27 de maio de 2012. Os valores relacionados a este empréstimo são eliminados na consolidação.

Nota de crédito rotativo de US\$2,0 bilhões para a JBS USA Holdings - Em 02 de junho de 2011, a JBS USA emitiu uma nota de crédito rotativo de US\$2,0 bilhões para a JBS USA Holdings. A nota incorre em uma taxa variável anual igual a LIBOR acrescida de 3%. Em 25 de janeiro de 2012 a JBS USA Holdings alterou a nota de crédito rotativo com a JBS USA para aumentar o valor máximo para US\$3,0 bilhões. O saldo principal e os juros são devidos e pagáveis sob demanda da JBS USA a qualquer tempo após 30 de junho de 2015. A taxa de juros em 31 de março de 2013 era de 3,3%. Os valores relacionados a esta nota são eliminados na consolidação.

Contrato de Empréstimo Subordinado entre a PPC e a JBS USA Holdings - Em 23 de junho de 2011, a PPC firmou com a JBS USA Holdings o Contrato de Empréstimo Subordinado (o "Contrato de Empréstimo Subordinado"), no qual a última forneceu um compromisso de empréstimo de US\$100,0 milhões. Em 23 de junho de 2011, a JBS USA Holdings fez um empréstimo para a PPC com montante principal de US\$50,0 milhões. Adicionalmente, a JBS USA Holdings concordou em fazer um empréstimo adicional único de US\$50,0 milhões caso a disponibilidade da PPC sob o compromisso de crédito rotativo sob a Linha de Crédito EUA esteja, a qualquer momento, menor que US\$200,0 milhões. Esta nota é eliminada na consolidação. Em 07 de março de 2012, em concordância com a Oferta de Direitos da PPC, os compromissos sob o Contrato de Empréstimo Subordinado foram terminados e o valor principal e os juros devidos foram integralmente pagos.

Cartas de Crédito da JBS USA - Em 26 de outubro de 2011 e 4 de novembro de 2011, a JBS USA concordou em fornecer cartas de crédito no valor de US\$ 40,0 milhões e US\$ 16,5 milhões, respectivamente, a uma companhia de seguros a serviço da PPC, a fim de permitir que a empresa de seguros devolva o dinheiro que detinha como garantia de possíveis compensações de trabalhadores, auto e reclamações gerais de responsabilidade da PPC. Como retorno destas cartas de crédito, a PPC está reembolsando JBS USA pelo custo que a PPC teria incorrido sob seu contrato de crédito rotativo. Durante os três meses findos em 31 de março de 2013, a JBS USA reduziu as despesas líquidas com juros em US\$0,6 milhões. Durante os três meses findos em 31 de março de 2013, o reembolso feito pela PPC foi imaterial.

Nota de US\$20 milhões da Sampco – Em 15 de março de 2012 a Sampco firmou uma nota promissória rotativa no valor de US\$20,0 milhões com a JBS USA com juros baseados na taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem de 3,0%. Em 22 de maio de 2012, a nota foi alterada para aumentar o valor máximo disponível para US\$50 milhões. Em 18 de setembro de 2012, a nota foi alterada para aumentar o valor máximo disponível para US\$100,0 milhões. O valor principal e dos juros são devidos e pagáveis sob demanda da Sampco a qualquer momento depois de 31 de março de 2012. Em 31 de março de 2013 a taxa de juros era de 3,3%. A nota promissória rotativa é eliminada na consolidação.

Nota de US\$ 100 milhões da JBS Five Rivers - Em 20 de abril de 2012, a JBS USA Holdings firmou uma nota promissória rotativa de US\$100,0 milhões com a JBS Five Rivers com juros baseados na taxa LIBOR de três meses acrescida de uma margem de 3%, e vencimento em 20 de abril de 2013, com o fim de financiar o capital de giro e outros propósitos corporativos em geral. Em 5 de março de 2013, esta nota foi alterada para aumentar o montante máximo disponível sob a nota para US\$ 175,0 milhões e para estender a data de vencimento para 14 de Junho de 2016. Esta nota é eliminada na consolidação.

Notas 4,39% com vencimento em 2019 – Em 20 de dezembro de 2010, as subsidiárias integrais da JBS USA Holdings, a JBS USA, LLC e a JBS Plainwell, Inc. emitiram as notas 4,39% com vencimento em 2019 e montante total correspondendo a US\$16,0 milhões, com o fim de financiar a construção de um armazém refrigerado. Os juros serão pagos trimestralmente, a partir de 1 de abril de 2011. O pagamento do principal, também trimestral, terá início em 1 de outubro de 2011.

Marshalltown NMTC – Em 10 de março de 2011, a Swift Pork realizou a transação Marshalltown NMTC para financiar a construção de um centro de distribuição. A Swift Pork fez um empréstimo de US\$9,8 milhões ao juros de 2,34% ao ano pagos mensalmente durante sete anos. Do total do empréstimo, US\$7,2 milhões ("Empréstimo A") foi financiado indiretamente pela JBS USA por meio de um empréstimo alavancado e incluído em Depósitos Judiciais e Outros no Balanço Patrimonial Consolidado. O restante US\$2,6 milhões ("Empréstimo B") foi financiado pela entidade de desenvolvimento da comunidade local. Ao final dos sete anos há a opção de dissolver a transação por uma opção de venda (put) com um preço de exercício de US\$1,0 mil ou uma opção de venda (call) com um preço de exercício que será calculado pelo valor justo de mercado. Se a opção de venda ou de compra não forem exercidas, então o Empréstimo A será amortizado nos 28 anos restantes, com principal de juros pagos mensalmente e um pagamento do principal restante em março de 2046. O Empréstimo B continuará a pagar somente os juros Loan B até 2046, data de vencimento do principal e dos juros.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Empréstimo com o Governo da Tasmânia – em 2 de Setembro de 2010, a JBS Austrália e a JBS Southern contraíram uma linha de crédito garantida com o Governo da Tasmânia (Departamento de Desenvolvimento e Reserva da Tasmânia, o “Departamento”) que concedeu cerca de A\$12,0 milhões para financiar investimentos na planta de processamento da JBS Austrália localizada em King Island, Tasmânia. Os recursos estarão disponíveis em três tranches de A\$3,6 milhões, A\$3,6 milhões e até A\$4,8 milhões. Os empréstimos serão pagos no dia 22 do mês seguinte ao 15º aniversário da liberação de cada tranche. Em 7 de setembro de 2012, este empréstimo foi encerrado devido ao fechamento da planta localizada em King Island, Tasmânia, e todos os juros acumulados e o saldo pendente foram pagos integralmente.

Cada empréstimo não acumula juros durante os três anos iniciais, após esse período passam a acumular juros a taxa de custo dos fundos do Departamento entre os anos quatro e nove, e então, acumulam juros a taxa comercial variável do Departamento para os anos 10 ao 15. Os juros são acumulados mensalmente após o período inicial de três anos e devido quando da notificação pelo Departamento ou em conjunto com o pagamento do principal. A dívida é garantida por certos ativos fixos da planta da Swift Austrália localizada em Rockhampton, Queensland e está sujeita aos padrões de covenants de dívidas. Devido ao fechamento da planta de King Island, este empréstimo foi encerrado em 7 de setembro de 2012 e os juros e o principal foram pagos em sua totalidade.

Assunção de dívida para a construção do edifício corporativo – em outubro de 2010, a JBS USA Holdings adquiriu sua sede corporativa em Greeley, Colorado. A JBS USA pagou US\$9,2 milhões em dinheiro e assumiu US\$20,1 milhões em dívida hipotecária. A dívida é composta por duas hipotecas em montantes correspondentes a US\$3,1 milhões e US\$17,0 milhões. As hipotecas são repagáveis mensalmente em parcelas sobre 10 e 14 anos, iniciando em 1 de novembro de 2010.

Linha de Crédito para a Sampco – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Sampco, Inc. (“Sampco”), uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US\$60,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. Em 1 de abril de 2012, a JBS USA Holdings e a Sampco alteraram a nota promissória rotativa para aumentar a taxa de juros para a LIBOR de três meses acrescidos de uma margem de 3% e para estender a data de vencimento para 31 de março de 2014. Esse empréstimo é eliminado na consolidação.

Linha de Crédito para a JBS USA Trading – Em 1 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a JBS USA Trading, Inc. (“JBS USA Trading”), uma subsidiária indireta integral da JBS S.A., no valor de US\$15,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. A nota foi alterada e reformulada em 15 de abril de 2010 com o fim de elevar o máximo de empréstimos para US\$25,0 milhões. Esse empréstimo é eliminado na consolidação. Durante as treze semanas terminadas em 31 de março de 2012, o valor principal e os juros devidos foram integralmente pagos.

Linha de Crédito para a Bertin USA – Em 15 de abril de 2010, a JBS USA Holdings emitiu uma nota promissória rotativa em mútuo para a Bertin USA, no valor de US\$11,0 milhões com juros baseados na LIBOR de três meses acrescidos de uma margem fixa de 2,5% e com vencimento em 31 de março de 2012. Esse empréstimo é eliminado na consolidação. Durante as treze semanas terminadas em 31 de março de 2012, o valor principal e os juros devidos foram integralmente pagos.

Notas 11,625% com vencimento em 2014 – As subsidiárias integrais da JBS USA Holdings, JBS USA e JBS USA Finance, Inc. emitiram Notas de crédito de 11,625% com vencimento em 2014 no valor de US\$700,0 milhões em 27 de abril de 2009. Essas notas são garantidas pelas JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Kft. e cada uma das subsidiárias restritas dos EUA que garantem o Crédito Rotativo (sujeito à determinadas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias. Sobre as Notas, incidem juros de 11,625% ao ano a serem pagos a cada seis meses e com vencimento em 1 de maio e 1 de novembro de cada ano, a partir de 1 de novembro de 2009. O principal vence integralmente em 1 de maio de 2014. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$48,7 milhões está sendo acrescido sobre a duração desse instrumento.

Em 19 de abril de 2012, a JBS USA anunciou o processo de solicitação de consentimento junto aos detentores das Notas 11,625% com vencimento em 2014 para alterar a restrição aos pagamentos restritos com relação à JBS S.A., para permitir que pagamentos restritos sejam feitos com participações acionárias e/ou ativos de qualquer subsidiária não essencial da JBS S.A., contanto que tal pagamento restrito não ultrapasse 2% da receita consolidada total da JBS S.A.. O processo de solicitação de consentimento expirou em 3 de maio de 2012 com a JBS USA recebendo o consentimento requerido para implementar as alterações.

Covenants: A escritura para as Notas 11,625% com vencimento em 2014 contém covenants restritivas ordinárias quanto a capacidade da JBS USA e suas subsidiárias que, entre outras coisas, limitam:

- contrair dívidas adicionais;
- incorrer ônus;
- vender ou alienar ativos;
- pagar dividendos ou fazer certos pagamentos a nossos acionistas;
- permitir restrições sobre os dividendos ou outros pagamentos restritos por suas subsidiárias restritas;
- celebrar transações com partes relacionadas;
- celebrar vendas/leaseback, e
- passar por mudanças no controle sem realizar uma oferta de compra dos títulos.

Eventos de Inadimplemento. A escritura também contém eventos usuais relativos à inadimplência, incluindo a inobservância ou descumprimento das condições, covenants ou acordos incluídos na escritura, pagamento de inadimplências sobre outras dívidas se o efeito for o de permitir a aceleração, não pagamento de outras dívidas renunciadas ou estendidas dentro do período de carência aplicável, a apresentação de ordens judiciais contra o emissor ou suas subsidiárias, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. Caso ocorra um inadimplemento, o agente fiduciário ou os detentores de pelo menos 25% do valor principal agregado dos títulos então pendentes podem declarar que tal principal e juros acumulados sobre os títulos são imediatamente devidos. Em 31 de março de 2013, a JBS USA e a JBS USA Finance, Inc. estavam em conformidade com todos os covenants.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Notas 7,25% com vencimento em 2021 - Em 27 de maio de 2011, a JBS USA e JBS USA Finance, Inc., emitiram as Notas 7,25% com vencimento em 2021 e valor principal de US\$650,0 milhões, primeiramente para a realização de um contrato de mútuo para a JBS USA Holdings, para futura transferência dos recursos para a JBS S.A. com o fim de financiar suas dívidas de curto e médio prazos. Tais Notas são garantidas pela JBS USA Holdings, pela JBS S.A., pela JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo (sujeito a certas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias.

Os juros nestas Notas incorrem a uma taxa de 7,25% ao ano e devidos semestralmente em parcelas em 1 de junho e 1 de dezembro de cada ano, iniciando em 1 de dezembro de 2011. O valor principal dessas Notas deverá ser pago integralmente em 1 de junho de 2021. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$11,3 milhões vem sendo acumulados ao longo da duração das Notas. Os covenants destas Notas incluem restrições contratuais de praxe e eventos de inadimplemento de praxe listados sob as Notas 11,625% com vencimento em 2014. Em 31 de março de 2013, a JBS USA estava em conformidade com todos os covenants.

Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2018 - Em 27 de maio de 2011, JBS USA contraiu um contrato de crédito que consistia em uma linha de crédito de US\$475,0 milhões, primeiramente para a realização de um contrato de mútuo com a JBS USA Holdings, para futura transferência para a Companhia, para financiar o repagamento das dívidas de curto e médio prazos da JBS S.A.. O empréstimo é garantido pela JBS USA Holdings, JBS S.A., JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo (sujeito a determinadas exceções). Os empréstimos sob este contrato podem ser tanto "ABR" (Taxa Base Alternativa) quanto Eurodollar, na escolha da JBS USA.

Os juros sobre os empréstimos ABR são baseados na ABR acrescida de 2,0%, com um piso de ABR de 2,25% e os juros sobre os empréstimos em Eurodólares são baseados na taxa LIBOR acrescida de 3,0%, com um piso de LIBOR de 1,25%. Os juros sobre empréstimos ABR são pagos no último dia de cada trimestre, enquanto os juros sobre empréstimos em Eurodólares são pagos no final do período de juros associado. Iniciando em 30 de setembro de 2011 e continuando até seu vencimento, 0,25% do montante principal total de US\$475,0 milhões serão devidos no último dia útil de cada trimestre. O saldo principal em aberto será devido em 25 de maio de 2018. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$2,4 milhões vem sendo majorado ao longo da duração do empréstimo. Os covenants dessa Nota incluem covenants restritivos e eventos usuais de inadimplência listados sob o Crédito Rotativo. Em 22 de fevereiro de 2013, a JBS USA aditou o empréstimo para reduzir a taxa de juros dos empréstimos ABR para ABR acrescido de 1,75%, com um piso de ABR de 1,75% e reduzir a taxa dos empréstimos de Eurodólares para LIBOR acrescida de 2,75%, com um piso de LIBOR de 1,0%. Em 31 de março de 2013, a JBS USA estava em conformidade com todos os covenants.

Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2016 - Em 14 de junho de 2011, a JBS Five Rivers contraiu uma linha de crédito de empréstimo de US\$85,0 milhões com vencimento em 14 de junho de 2016. O repagamento do empréstimo deve ser feito em 20 parcelas trimestrais no montante de US\$1,4 milhões, no último dia útil de cada trimestre, com o saldo principal remanescente sendo devido no vencimento. Empréstimos sob esta linha incorrem em juros variáveis, com base na taxa LIBOR acrescida de 2,75%, ou com base na taxa prime acrescida de 1,5%. O fundo proveniente desta linha serão adiantados a J&F Oklahoma Holdings, Inc. ("J&F Oklahoma") sob a Nota de Recebível da J&F Oklahoma. A linha de crédito é garantida por certos ativos fixos, recebíveis e estoques da JBS Five Rivers e recebíveis e estoques da J&F Oklahoma. A J&F Oklahoma é garantidora do contrato da linha de crédito de empréstimo e a mesma pode vir a ser requerida para quitar o saldo em aberto e outras obrigações e custos sob a linha de crédito como parte de sua garantia, apesar de isso não ser provável no momento.

Covenants: O empréstimo de US\$85 milhões com vencimento em 2016 possui restrições que limitam a capacidade da JBS Five Rivers e suas subsidiárias de, entre outras coisas:

- contrair dívidas adicionais;
- criar ônus de propriedade, receita e ativos;
- realizar determinados empréstimos ou investimentos;
- vender ou alienar ativos;
- pagar determinados dividendos e fazer outros pagamentos restritos;
- dissolver, consolidar, fundir ou adquirir ativos e negócios de outras entidades;
- entrar em novas linhas de negócios;
- entrar em determinadas transações com afiliados;
- emitir, vender, transferir, ou alienar participações acionárias;
- entrar em determinadas operações de hedge;
- alocar mais do que uma certa quantidade de gado próprio em propriedades não pertencentes à JBS Five Rivers;
- entrar em determinadas joint ventures de engorda de bovinos que contenham restrições em penhores ou transferências de direitos no contrato da joint venture; e
- fazer certos adiantamentos a clientes acima de determinados limites.

Eventos de inadimplemento: A Linha de Crédito de Empréstimo com vencimento em 2016 possui eventos de inadimplemento de praxe, incluindo descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstos em referida escritura, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas subsidiárias, a não criação ou manutenção de uma garantia real por parte de qualquer documento de caução, certos acontecimentos relacionados à falência e insolvência, alguns eventos relacionados com o Employee Retirement Income Security Acto de 1974 ("ERISA"), e a não conformidade com os termos do Plano de Sucessão Executiva da J&F Oklahoma Holdings, Inc. Caso ocorra inadimplemento, as partes poderão, entre outras medidas, rescindir suas obrigações, declarar que os empréstimos pendentes estão imediatamente vencidos e devidos juntamente com juros acumulados e honorários, e exercer recursos sob os documentos colaterais relacionados ao empréstimo a prazo de US\$85,0 milhões. Em 31 de março de 2013, a JBS Five Rivers estava em conformidade com todos os covenants.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Notas 8,25% com vencimento em 2020 – Em 30 de janeiro de 2012, a JBS USA e JBS USA Finance, Inc., emitiram as Notas 8,25% com vencimento em 2020 e valor principal de US\$700,0 milhões. Os fundos serão utilizados (i) para a realização de um contrato de mútuo para a JBS USA Holdings, para futura transferência dos recursos para a JBS S.A. com o fim de financiar suas dívidas de curto e médio prazos e (ii) para propósitos corporativos gerais. Tais Notas são garantidas pela JBS USA Holdings, pela JBS S.A., pela JBS Hungary Holdings Kft., e cada uma das subsidiárias americanas restritas que garantem o Crédito Rotativo (sujeito a certas exceções). Se determinadas condições forem cumpridas, a JBS S.A. pode ser liberada de suas garantias. Sobre as Notas, incidem juros de 8,25% ao ano a serem pagos a cada seis meses e com vencimento em 1 de fevereiro e 1 de agosto de cada ano, a partir de 1 de agosto de 2012. O principal vence integralmente em 1 de fevereiro de 2020. O desconto original de emissão de aproximadamente US\$10,0 milhões está sendo acrescido sobre a duração desse instrumento. As notas contêm restrições contratuais (covenants) e eventos de inadimplemento de praxe listados sob as Notas 11,625% com vencimento em 2014. Em 31 de março de 2013, a JBS USA estava em conformidade com todos os covenants.

Linha de crédito LCAL - No dia 3 de março de 2013, a JBS Australia celebrou uma linha de crédito com garantia no valor de até A\$4,4 milhões com a Low Carbon Australia Limited (LCAL), para financiar um investimento em tecnologia e práticas de Eficiência Energética na planta de processamento da JBS Australia localizada em Dinmore, Queensland. Os juros dessa linha de crédito é baseada na taxa determinada pela LCAL a ser equivalente a taxa de swap de 3 anos da Australian Financial Markets Association (AFMA), e data de vencimento em 30 de setembro de 2017. Em 31 de março de 2013, não havia empréstimos contraídos sob a linha de crédito LCAL.

Descrição do endividamento da PPC

Linha de Crédito EUA - PPC e algumas de suas subsidiárias celebraram uma linha de crédito ("Linha de Crédito EUA"), anteriormente denominada como Linha de Crédito de Saída, com o Banco ACB como agente administrativo e garantidor, e outros credores, os quais atualmente provêm um compromisso de crédito rotativo de US\$700,0 milhões e um compromisso de crédito de vencimento B ("Vencimentos B"). Esta linha de crédito também inclui uma cláusula que permite à PPC, a qualquer tempo, aumentar o limite do compromisso de crédito rotativo em até US\$100,0 milhões adicionais e aumentar o limite dos Vencimentos B em até US\$400,0 milhões adicionais, sendo que cada caso está sujeito a determinadas condições, incluindo um limite de US\$1,9 bilhões sobre todos os compromissos de crédito sob a Linha de Crédito EUA.

Em 13 de janeiro de 2011, a PPC aumentou o montante dos empréstimos rotativos de acordo com a Linha de Créditos de Saída para US\$700,0 milhões. Em 22 de abril de 2011 a PPC aumentou o valor do sub-limite para empréstimos de curto prazo de emergência sob a Linha de Crédito de Saída para US\$100,0 milhões. Os compromissos de empréstimos de Vencimentos A foram pagos em 15 de dezembro de 2010 com os rendimentos das notas seniores e sem garantia com vencimento em 2018. Os empréstimos rotativos e os compromissos de empréstimos de Vencimentos B vencem em 28 de dezembro de 2014.

Subseqüente ao final de cada ano fiscal, uma parte do fluxo de caixa da PPC deve ser utilizado para repagar o saldo pendente dos compromissos de empréstimos de Vencimento B. Em 29 de abril de 2013 a PPC utilizou cerca de US\$141,2 milhões de seu fluxo de caixa gerado em 2012 para o pagamento de parte do saldo pendente dos empréstimos de Vencimentos B. Os pagamentos de fluxo de caixa em excesso tem sido e continuarão a ser aplicados às parcelas dos empréstimos de Vencimento B proporcionalmente de acordo com o saldo então pendente da mesma. A Linha de Crédito EUA também requer a utilização dos rendimentos da venda de certos ativos e dívidas ou emissões de ações e mediante a ocorrência de outros eventos para repagar os empréstimos pendentes de acordo com a Linha de Crédito EUA. Os recursos recebidos pela PPC provenientes da Oferta de Direitos não estavam sujeitos a estes requisitos.

Os empréstimos da PPC sob a Linha de Crédito EUA estão sujeitos à base de empréstimo, que é formulada com base em certos estoques elegíveis, valores a receber elegíveis e caixa restrito, sob o controle do agente da Linha de Saída, o CoBank ACB. Em 31 de março de 2013, o saldo pendente das cartas de crédito era de US\$24,7 milhões, e o montante disponível para empréstimos era de US\$577,8 milhões.

Em 23 de junho de 2011 e 16 de dezembro de 2011, a PPC alterou a Linha de Crédito de Saída, que, entre outras coisas: (i) suspendeu temporariamente a exigência da PPC de cumprir as restrições contratuais do índice de cobertura de despesas financeiras e da alavancagem financeira das dívidas com garantia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012; (ii) alterou o índice de cobertura e a alavancagem financeira das dívidas com garantia para que o período em que requisito para conformar com os covenants passasse a ser o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a PPC possa calcular estas restrições financeiras com base em um número especificado de trimestres fiscais selecionados pela PPC; (iii) modificou a restrição contratual do tangível líquido consolidado para que a PPC mantenha tangível líquido consolidado de pelo menos US\$ 450,0 milhões mais 50,0% do lucro líquido acumulado (excluindo quaisquer perdas) da PPC de 16 de dezembro de 2011 até a data de cálculo e (iv) aumentou a alavancagem garantida máxima permitida, determinada para qualquer período de seus trimestres fiscais consecutivos, terminados no último dia de cada trimestre fiscal, para ser maior que 4,00:1,00 para períodos calculados a partir de 24 de setembro de 2012. A PPC está atualmente em conformidade com todos estes covenants.

A Linha de Crédito EUA prevê que PPC não poderá incorrer em dispêndios de capital em acima de US\$ 350,0 milhões em 2013 ou 2014. A Linha de Crédito EUA contém vários outros covenants que podem afetar adversamente a capacidade da PPC de, entre outras coisas, incorrer em endividamento adicional, incorrer em ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, celebrar certas transações com a Companhia e outras afiliadas da PPC, fundir, consolidar e/ou vender ou dispor todos ou substancialmente todos os ativos da PPC.

Todas as obrigações sobre a Linha de Crédito EUA são incondicionalmente garantidas por certas subsidiárias da PPC e seguradas por penhor em ordem de prioridade em (i) contas a receber e estoques da PPC, de suas subsidiárias nacionais e suas subsidiárias em Porto Rico, (ii) 65% das participações nas subsidiárias diretas estrangeiras e 100% das participações em outras subsidiárias e, (iii) substancialmente toda a propriedade pessoal e intangíveis dos tomadores de crédito e garantidores sobre a Linha de Crédito EUA e (iv) substancialmente todos os imóveis e ativos fixos da PPC e suas subsidiárias garantidoras sobre a Linha de Crédito EUA.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Notas seniores e sem garantias com vencimento em 2018 - Notas 2018 da PPC. Em 15 de dezembro de 2010, a PPC realizou a emissão de notas no valor principal de US\$500,0 milhões e juros de 7,875% ao ano com vencimento em 2018 ("Notas 2018 da PPC"). As Notas 2018 da PPC são sem garantias, mas são garantidas por uma das subsidiárias da PPC. Os juros são pagos em 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano, com início em 15 de junho de 2011. A escritura das Notas 2018 da PPC contém vários covenants que podem afetar adversamente a capacidade, entre outras coisas, de incorrer em endividamento adicional, criar ônus, pagar dividendos ou efetuar certos pagamentos, vender certos ativos, celebrar certas transações com a JBS USA Holdings e outras partes relacionadas da PPC, incorporar, consolidar e/ou vender ou alienar todos ou parte substancial dos ativos destas. A PPC posteriormente trocou as notas para as notas substancialmente idênticas registradas sob o Securities Act de 1933.

Linha de Crédito México - Em 19 de outubro de 2011, Avícola Pilgrim's Pride de México, S.A. de C.V., Pilgrim's Pride S. de R.L. de C.V. e determinadas subsidiárias (as "Partes Tomadoras de Empréstimo"), celebraram um contrato de crédito alterado e reformulado (o "Linha de Crédito México"), com o ING Bank (México), SA Institución de Banca Múltiple, ING Grupo Financiero, como credor e ING Capital, LLC, na qualidade de agente administrativo. A Linha de Crédito México tem vencimento em 25 de setembro de 2014. A Linha de Crédito México é garantida por substancialmente todos os ativos das subsidiárias do México da Pilgrim's Pride. Em 31 de março de 2013, o equivalente em dólares americanos dos compromissos de empréstimos sob a Linha de Crédito México era de US\$ 45,2 milhões.

Sob a Linha de Crédito México, se (i) qualquer inadimplência ou evento de inadimplemento ocorreu e continua a ocorrer ou (ii) o quociente da base de empréstimo dividido pelos empréstimos e cartas de créditos emitidas ("Índice de Cobertura Colateral") sob a Linha de Crédito México for inferior a 1,25 por 1,00, os empréstimos e cartas de crédito sob a Linha de Crédito México estarão sujeitos a, e não poderão exceder, a base de empréstimo. A base de empréstimo é uma fórmula baseada em contas a receber, estoques, ativos pré-pagos, caixa líquido sob o controle do agente administrativo e de até 150,0 milhões de pesos mexicanos em ativos fixos das subsidiárias do México da PPC que fazem parte da Linha de Crédito México. A fórmula da base de empréstimo será reduzida pelas contas a pagar dessas subsidiárias no México. Se o Índice de Cobertura Colateral cair abaixo de 1,25 por 1,00, a exigência da base de empréstimo terminaria segundo a ocorrência do mais cedo entre (i) o Índice de Cobertura Colateral ser superior a 1,25 por 1,00 no período de medição mais recente, por 60 dias consecutivos ou (ii) a disponibilidade de empréstimos sob Linha de Crédito México ser igual ou maior do que o maior de 20% dos compromissos rotativos segundo a Linha de Crédito México e 100,0 milhões de pesos mexicanos por um período de 60 dias consecutivos.

A Avícola pode pagar dividendos ou fazer outros pagamentos restritos à PPC em montante que não exceda, no total, 250,0 milhões de pesos mexicanos, durante o prazo da Linha de Crédito México, se certas condições forem satisfeitas, incluindo a condição de que a disponibilidade seja de pelo menos 100% do compromisso de empréstimo rotativo no segundo a Linha de Crédito México, menos qualquer carta de crédito segundo a Linha de Crédito México. No entanto, a PPC considera que seus ganhos provenientes do México em 31 de março de 2013, serão permanentemente reinvestidos. Como tal, os impostos diferidos dos Estados Unidos não foram considerados sobre esses ganhos. Se esses ganhos não forem indefinidamente reinvestidos, certos impostos de renda diferidos externos e nos EUA serão considerados.

16 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Salários e encargos sociais	93.818	99.782	325.044	319.532
Provisões para férias, 13º salário e encargos	149.666	116.946	1.009.292	989.110
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	-	-	11.871	8.886
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	929	88	1.596	892
ICMS / VAT / GST a recolher	14.847	10.196	28.804	20.539
PIS e COFINS a recolher	251	4	301	131
Parcelamentos fiscais	176.659	184.738	177.382	185.470
Outros	92.327	87.834	278.543	284.565
	528.497	499.588	1.832.833	1.809.125
Passivo circulante	390.938	361.741	1.321.509	1.284.895
Passivo não circulante	137.559	137.847	511.324	524.230
	528.497	499.588	1.832.833	1.809.125

17 Dividendos declarados

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Dividendos declarados	170.749	170.749	170.749	170.749
	170.749	170.749	170.749	170.749

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

A Companhia declarou em 31 de dezembro de 2012 dividendos de R\$ 170.749 que foram aprovados na Assembleia Geral dos Acionistas em 26 de abril de 2013 conforme cálculo demonstrado a seguir:

	31.12.12
Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012	718.938
Reserva legal - (5%)	(35.947)
Base ajustada para cálculo dos dividendos	682.991
Dividendos obrigatórios (25%)	170.749
Dividendos declarados	170.749

18 Débito com terceiros para investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Circulante	106.068	112.712	112.471	112.712
Não circulante	56.062	95.142	158.223	95.142
	162.130	207.854	270.694	207.854

Na controladora:

Os débitos com terceiros para investimentos na controladora referem-se basicamente a aquisições de imobilizados e outros complexos industriais, localizados nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná, Goiás, Santa Catarina e São Paulo.

No consolidado:

Os débitos com terceiros para investimentos no consolidado referem-se à aquisição da Agrovêneta pela JBS Aves, conforme descrito na nota explicativa 1, item c).

19 Imposto de renda e contribuição social - conciliação da taxa nominal e efetiva

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias (principalmente amortização do ágio).

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes da tributação	373.921	239.579	371.074	241.604
Imposto de renda e contribuição social à taxa				
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social - Nominal combinada de 34%	(127.133)	(81.457)	(126.165)	(82.145)
Ajuste para demonstração da taxa efetiva				
Adições, substancialmente equivalência patrimonial e ágio (tributos equivalentes de outros países)	(18.895)	(42.043)	(2.682)	(29.940)
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(146.028)	(123.500)	(128.847)	(112.085)
Taxa efetiva	-39,05%	-51,55%	-34,72%	-46,39%

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações dos resultados da controladora e consolidadas nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social correntes	603	750	(18.806)	16.643
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(146.631)	(124.250)	(110.041)	(128.728)
	(146.028)	(123.500)	(128.847)	(112.085)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
ATIVO				
. Sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	414.320	418.038	1.272.295	1.220.582
PASSIVO				
. Sobre reserva de reavaliação e diferenças temporárias	1.386.129	1.243.819	2.659.647	2.497.338
Total Líquido	971.809	825.781	1.387.352	1.276.756

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em coligada e controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

20 Provisão para riscos processuais

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Trabalhistas	54.636	53.838	68.747	75.685
Cíveis	9.403	9.277	31.071	33.524
Fiscais e previdenciários	93.125	92.041	95.249	94.152
Total	157.164	155.156	195.067	203.361

Movimentação das provisões

	31.12.12	Adições	Baixas	Variação cambial	31.03.13
Controladora	155.156	2.008	-	-	157.164
Consolidado	203.361	6.371	(13.914)	(751)	195.067

Processos fiscais e previdenciários
a) ICMS

A Companhia sofreu diversas autuações pelo Fisco do Estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de Estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS que, segundo o Estado de São Paulo, deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o Estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no Estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$ 1.371.334 em 31 de março de 2013. A Companhia vem contestando administrativamente essas autuações e, além disso, propôs ações judiciais que têm como objetivo obrigar os Estados que concedem os incentivos a ressarcí-la, caso as autuações sejam mantidas.

A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando a perda como remota.

A Companhia sofreu outras autuações pelo Fisco do Estado de Goiás, em virtude de divergências de interpretação da aplicação da Lei no tocante ao crédito de ICMS proveniente das exportações, no montante de R\$ 640.924. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos nesses procedimentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando perda como remota.

b) INSS

Contribuições Sociais – Novo Funrural. Em janeiro de 2001 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Novo Funrural. Foi prolatada sentença favorável a qual desobrigou a Companhia à retenção e ao recolhimento da contribuição devida. O processo aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Para evitar o instituto da decadência e perder o direito de exigir a contribuição ao Novo Funrural, o INSS lançou notificações fiscais de lançamento de débito, cujo total dos autos de infração, ou NFLDS, somam o montante arbitrado de R\$ 729.623.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

A Companhia apresentou defesa nesses processos administrativos informando que não recolhe o valor em virtude de sentença judicial favorável, tendo em vista que não há decisão final do Mandado de Segurança supra mencionado.

Esta matéria foi objeto de decisões favoráveis aos contribuintes, proferidas pelo plenário do Supremo Tribunal Federal - STF para empresas cujas atividades são similares à atividade da Companhia, nos julgamentos dos Recursos Extraordinários nºs 363.852/MG e 596.177/RS. Atualmente, a Companhia não procede nenhum desconto, nem recolhimento. Caso algum desconto seja feito, por questões comerciais, a Companhia procede-o e deposita em Juízo, cumprindo determinação judicial. Baseada na opinião dos assessores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STF, em caso semelhante, a Administração acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para essa contingência, considerando a probabilidade de perda como remota.

c) Outros processos fiscais e previdenciários

A Companhia é parte em outros 835 processos fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância no contexto da Companhia. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 93.125 em 31 de março de 2013.

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2013, a Companhia era parte em 9.011 ações de natureza trabalhista e acidentes de trabalho, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 1.137.008. Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 54.636 relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e os principais pedidos dizem respeito ao pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

Processos cíveis

a) Imóvel em Araputanga

Em 2001 a Companhia, por sua antecessora, adquiriu da empresa Frigorífico Araputanga S.A. um imóvel e instalações industriais localizados em Araputanga/MT, através de Compromisso de Compra e Venda. Ratificando o negócio e dando quitação total e irrevogável do preço ajustado, foram lavradas as Escrituras Públicas de Compra e Venda.

O Frigorífico Araputanga S.A. era beneficiário de incentivos fiscais (projeto SUDAM) e o imóvel era garantia flutuante. Por isto se fazia necessária a anuência da SUDAM para o Registro das Escrituras. Em setembro de 2004, o Frigorífico Araputanga S.A. ajuizou Ação Declaratória no Foro da Comarca de Araputanga/MT, alegando que a Companhia não havia pago o preço, bem como não havia obtido a anuência da referida autarquia, requerendo a ineficácia do Contrato e a Anulação das Escrituras Públicas. Em decisão transitada em julgado o TJ/MT julgou a venda válida e eficaz. O processo foi remetido à Vara Federal de Cáceres, distribuído sob o nº 2005.36.01.001618-8, em razão do interesse da União na lide. A Companhia obteve a anuência da UGFIN, sucessora da SUDAM, conforme decisão da 5ª Turma do TRF da 1ª Região (Proc. nº 2006.01.00.024584-7), obtendo assim o efetivo registro da Escritura de Compra e Venda.

Atualmente, o processo está aguardando a realização de nova perícia. O primeiro laudo pericial foi favorável à Companhia, que após avaliar os pagamentos realizados pela Agropecuária Friboi concluiu que os valores devidos foram efetivamente pagos. O agravo 2006.01.00.024584-7 foi julgado favoravelmente à Companhia, na medida em que o TRF da 1ª região declarou válidas as escrituras de compra e venda do imóvel objeto da discussão. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos e nenhuma provisão foi registrada. A probabilidade de perda é considerada remota.

b) Indenização pelo uso da marca

Ainda decorrente do entrave em Araputanga/MT, a Vendedora distribuiu, na Comarca de Araputanga/MT, Ação de Indenização por uso indevido de marca registrada, sob a premissa da Friboi Ltda. estar utilizando a marca Frigoara sem a sua autorização. O valor exorbitante atribuído à causa deriva de um laudo de avaliação obtido pelo Frigorífico Araputanga S.A. que avalia a marca em R\$ 315.000, assim exige uma indenização por danos morais de R\$ 100.000 e ressarcimento no importe de R\$ 26.938. Em defesa, a Companhia preliminarmente alegou litispendência e continência, tendo em vista que os pedidos estão relacionados com o processo principal, em que se discute a propriedade do Frigorífico. No mérito, demonstrou que a marca foi utilizada somente por determinado período, com autorização contratual e atendendo pedido do Frigoara que necessitava comprovar à SUDAM que os investimentos estavam sendo devidamente utilizados e para conseguir a obtenção da Anuência ou do Certificado de Empreendimento Implantado.

Ainda em defesa, fora aduzido que, caso seja devido algum tipo de indenização, esta seria dimensionada com relação ao percentual de venda de produtos da marca, conforme disciplina o artigo 208 da Lei de Propriedade Intelectual. Quase a totalidade dos produtos fabricados era comercializada com a marca Friboi, já com a marca Frigoara era produzida somente carne moída em ínfima quantidade. Posto isto, a Companhia entende que o risco econômico é baixo, razão pela qual provisionou o valor de R\$ 600.

O Juiz da Comarca de Araputanga suspendeu o processo e posteriormente determinou sua remessa à Justiça Federal de Cáceres, onde foi distribuído em 17 de janeiro de 2007. Atualmente, o Juízo Federal de Cáceres intimou as partes a se manifestarem a respeito da redistribuição àquele Juízo e determinou a reunião do processo à Ação Declaratória em que se discute a propriedade do Frigorífico localizado em Araputanga/MT. Após, a União será intimada a manifestar sobre possível interesse na causa. Baseada na opinião de seus assessores legais e fundamentada em jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da doutrina brasileira sobre essa espécie de processo, a Administração acredita que prevalecerão seus argumentos.

c) Outros processos cíveis

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis que na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda em 31 de março de 2013 é de R\$ 8.803 sendo que o montante está provisionado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Outros processos

Em 31 de março de 2013 a Companhia possuía em andamento outros processos de natureza fiscal, no montante de aproximadamente R\$ 20.129, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda, em consonância ao IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

21 Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2013 é representado por 2.943.644.008 ações ordinárias, sem valor nominal. Desse total, conforme descrito na letra f) abaixo, 74.532.564 ações estão mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 1.376.634.735 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social, o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações.

A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços às empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reservas de capital

Composta por ágio na emissão de ações, derivados do IPO no exercício de 2007.

c) Reserva de lucro**Legal**

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

d) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

e) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

f) Ações em tesouraria

Em 30 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a alienação de 22.987.331 ações em tesouraria, nos termos do Artigo 19, inciso XVI do Estatuto Social, no âmbito da aquisição dos Ativos do Frigorífico Independência, mediante autorização outorgada pela Comissão de Valores Mobiliários, nos autos do Processo RJ2012/9843.

A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria:

	<u>Quantidade</u>	<u>R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	97.519.895	776.526
Alienação das Ações em tesouraria	<u>(22.987.331)</u>	<u>(183.041)</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>74.532.564</u>	<u>593.485</u>

g) Ajuste de avaliação patrimonial e ajuste acumulado de conversão

Conforme CPC 02 R2/IAS 21 -Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis intermediárias, é registrado basicamente variação de instrumentos (diretas e reflexas) em moeda estrangeira e que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (MEP).

De acordo com o CPC 37 R1/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, por força da vigência do CPC 02 R2 antes à data de adoção inicial, os adotantes pela primeira vez ao IFRS devem zerar os saldos de variação cambial de investimentos registrados no patrimônio líquido (sobre a rubrica de ajustes acumulados de conversão) transferindo-os para lucros ou prejuízos acumulados (sobre a rubrica de reserva de lucros), bem como divulgar a política de distribuição de resultados aplicável a tais saldos. Cabendo ressaltar que a Companhia não computa esses ajustes para distribuição de Resultados.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

h) Transações de capital

De acordo com o IAS 27/CPC 36 R2 – Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considerar os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do seu patrimônio líquido (individual e consolidado).

22 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Receitas de vendas de produtos				
Mercado interno	3.248.680	2.694.509	14.972.546	13.026.070
Mercado externo	1.688.275	1.026.815	5.204.081	3.605.703
	4.936.955	3.721.324	20.176.627	16.631.773
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	(156.145)	(137.882)	(343.602)	(303.212)
Impostos sobre as vendas	(266.853)	(233.063)	(305.449)	(317.481)
	(422.998)	(370.945)	(649.051)	(620.693)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.513.957	3.350.379	19.527.576	16.011.080

23 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	30.319	219.116	70.476	230.004
Resultado financeiro com derivativos	67.621	(119.322)	114.778	(109.911)
Juros Passivos	(235.466)	(255.987)	(412.097)	(432.880)
Juros Ativos	91.388	124.746	165.249	173.403
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(5.113)	(7.328)	(16.621)	(16.437)
	(51.251)	(38.775)	(78.215)	(155.821)

24 Outras receitas e despesas

Outras receitas em 31 de março de 2013, no consolidado, no montante de R\$ 5.199 referem-se basicamente à:

- Outras despesas na JBS Argentina no montante de R\$ 400, referente à indenizações trabalhistas e outros pulverizados;
- Outras receitas na JBS USA no montante de R\$ 3.531, basicamente decorrente de receita de aluguel, resultado na venda de sucatas e outros pulverizados;
- Outras receitas no montante de R\$ 2.068 referente, basicamente, resultado na venda de ativos imobilizados.

25 Resultado por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2013	2012
Resultado atribuível aos acionistas	227.893	116.079
Média ponderada de ações do período - milhares	2.943.644	2.996.431
Média ponderada de ações em tesouraria - milhares	(82.195)	(32.507)
Média ponderada de ações em circulação - milhares	2.861.449	2.963.924
Resultado por lote de mil ações - Básico - R\$	79,64	39,16

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Diluído

A Companhia não apresentou o cálculo do resultado por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras. A transação de receitas diferidas (nota 28) através de análise histórica é esperada para ser liquidada mediante entrega futura, e portanto não é potencialmente diluidora.

26 Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 – Instrumentos financeiros – Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados reduzindo os passivos a que se relacionam.

Abaixo, segue o detalhamento das operações em que a Companhia incorreu em custos de transações, ou seja, custos incorridos diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente para a realização dessas transações.

a) Oferta Pública de Ações - OPA (Follow-on)

No exercício de 2010, a Companhia incorreu em R\$ 37.477 relativo aos custos de transação do processo de captação de recursos por intermédio da Oferta Pública, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do patrimônio líquido, deduzido os eventuais efeitos.

b) Permuta por Ações Ordinárias de Emissão da Vigor Alimentos S.A. ("OPA de Permuta")

Em junho de 2012, a Companhia incorreu em custos no montante R\$ 324 relativo ao processo de aquisição de 117.800.183 ações de sua própria emissão, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos.

c) Oferta de Títulos de Dívida (Bonds)

Durante o exercício de 2010, a Companhia incorreu em R\$ 17.789 relativos aos custos de transação dos processos de captação de recursos, por intermédio das emissões de Ofertas de Títulos de Dívida (Bonds) nos montantes de US\$ 700.000 e US\$ 200.000 realizados em julho e setembro de 2010, respectivamente, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de março de 2013, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de pagamento da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 11.428 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de vigência do contrato.

Em junho de 2012, a Companhia incorreu em R\$ 13.699 relativos aos custos de transação no processo de alteração de determinadas disposições das Notas 2016 da JBS S.A. e Notas 2016 da incorporada Bertin, através do consentimento dos titulares de tais Notas. A contabilização destes custos está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de março de 2013, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de vigência da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 10.854 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de vigência do contrato.

Em fevereiro de 2013, a Companhia incorreu em R\$ 26.955 relativos aos custos de transação dos processos de captação de recursos, por intermédio das emissões de Ofertas de Títulos de Dívida (Bonds) nos montantes de US\$ 500.000, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de março de 2013, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de vigência da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 26.730 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de vigência do contrato.

d) Outras Captações

Em junho de 2012, a Companhia incorreu em R\$ 444 relativos aos custos de transação dos processos de captação de Nota de crédito à exportação (NCE) no montante de R\$ 185.000, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de março de 2013, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de vigência da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 259 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de vigência do contrato.

Em junho de 2012, a Companhia incorreu em R\$ 6.000 relativos aos custos de transação dos processos de captação de Conta garantida de capital de giro no montante de R\$ 1.000.000, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de março de 2013, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de vigência da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 5.016 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de vigência do contrato.

Em agosto de 2012, a Companhia incorreu em R\$ 1.136 relativos aos custos de transação dos processos de captação de Pré-Pagamento de exportação (PPE) no montante de R\$ 151.065, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de março de 2013, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de vigência da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 437 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de vigência do contrato.

Em setembro de 2012, a Companhia incorreu em R\$ 5.483 relativos aos custos de transação dos processos de captação de Nota de crédito à exportação (NCE) no montante de R\$ 215.000, cuja contabilização está mantida de forma destacada em conta redutora do passivo. Em 31 de março de 2013, em virtude da amortização acumulada do saldo, por meio do fluxo de vigência da dívida, a Companhia apresenta um montante residual de R\$ 4.457 de custo de transação atrelado à dívida que continuará sendo amortizado de acordo com o período de vigência do contrato.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

27 Benefícios a empregados

Planos JBS USA

A JBS USA patrocina planos qualificados de aposentadoria ("plano 401(k)"), cobrindo os empregados da JBS USA, excluindo os empregados da PPC. Em 1 de janeiro de 2010, os funcionários da JBS Five Rivers se uniram ao plano não sindicalizado e os saldos de cada participante foram transferidos do plano antigo para o plano atual da JBS USA. A JBS USA fez a fusão do plano 401(k) com o plano ("401 (k) Saving Plan"), com a finalidade de aumentar a eficiência administrativa e reduzir custos. Nos termos do plano 401(k), os empregados elegíveis poderiam optar por reduzir sua contribuição atual até o menor de 75% da sua remuneração anual ou o limite anual fixado estatutariamente, e ter o valor dessa redução como parte de contribuição para o plano 401 (k). O plano 401 (k) permite uma contribuição adicional pela JBS USA, baseado em termos específicos do plano. O administrador do plano, sob a direção de cada participante, investe os ativos do plano em opções de investimento ditada pelos participantes. O plano está qualificado pela seção 401 do código interno de receita dos Estados Unidos (Internal Revenue Code). Em 31 de dezembro de 2012, a Bertin USA patrocinou planos qualificados de aposentadoria ("plano Bertin 401(k)") que foi paralisado. Todos os participantes do plano Bertin 401(k) foram automaticamente inscritos no plano 401(k) e tornaram-se elegíveis às disposições normais oferecidas pelo plano 401(k). As despesas da JBS USA, incluindo a Bertin USA, relacionadas com o plano 401 (k) foram US\$ 1,6 milhões (R\$ 3.193) para o trimestre findo em 31 de março de 2013. As despesas da JBS USA, excluindo a Bertin USA, relacionadas com o plano 401 (k) foram US\$ 1,5 milhões (R\$ 2.652) para o trimestre findo em 31 de março de 2012. As despesas da Bertin USA relacionadas com o plano Bertin 401(k) totalizaram aproximadamente US\$ 28 mil (R\$ 49) para o trimestre findo em 31 de março de 2012.

Uma das unidades da JBS USA participa de um plano de pensão multi-empregador. A JBS USA contribui para este plano, e as despesas que foram incluídas no custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado consolidado foram de US\$ 109 mil (R\$ 218) e US\$ 105 mil (R\$ 186) para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, respectivamente. A JBS USA também fez contribuições, totalizando US\$ 18 mil (R\$ 36) e US\$ 17 mil (R\$ 30) para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, respectivamente, a um plano de pensão multi-empregador relacionado com ex-funcionários na antiga fábrica de Nampa, Idaho.

Uma das unidades da JBS USA participa de um plano executivo complementar de aposentadoria. Não houve despesas reconhecidas pela JBS USA para este plano durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012.

Os funcionários da JBS Austrália não participam do plano 401(k) da JBS USA. Sob a lei australiana, a JBS Austrália contribui com um percentual da remuneração do empregado para um fundo de Superannuation. Essa contribuição se aproxima de 9% da remuneração do empregado, conforme previsto na Austrália pelo "Superannuation Act de 1997". Como os fundos são administrados por terceiros, uma vez que essa contribuição é feita diretamente para o fundo de Superannuation, a JBS Austrália não tem nenhuma obrigação de pagamento de participantes ou de supervisão do fundo. As despesas referentes às contribuições para este fundo totalizavam US\$ 8,2 milhões (R\$ 16.365) e US\$ 7,9 milhões (R\$ 13.966) para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, respectivamente.

Planos Pilgrim's Pride - PPC

A PPC patrocina programas que oferecem benefícios de aposentadoria para a maioria de seus empregados. Estes programas incluem planos de pensão qualificados e não qualificados, um plano de aposentadoria de benefício definido com seguro de vida e plano de economia com contribuição definida. Sob todos os planos de aposentadoria, as despesas da PPC foram de US\$ 1,9 milhões (R\$ 3.792) e US\$ 1,9 milhões (R\$ 3.359) para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, respectivamente.

Planos de benefício definido

- PPC plano de aposentadoria para empregados sindicalizados ("Plano Union");
- PPC plano de aposentadoria para funcionários sindicalizados El Dorado ("Plano El Dorado"); e
- PPC Plano de pensão dos empregados de Legacy Gold Kist ("Plano GK Pension").

O Plano Union abrange determinados locais ou grupos na PPC. O Plano El Dorado foi desmembrado do Plano Union em 1 de janeiro de 2008 e abrange certos locais elegíveis ou grupos na PPC, este Plano foi iniciado em 2010. O Plano GK Pension cobre certos funcionários elegíveis dos EUA que foram empregados em locais que a PPC adquiriu a empresa Gold Kist, Inc. ("Gold Kist") em 2007. A participação no Plano GK Pension foi paralisada a partir de 8 de fevereiro de 2007, para todos os participantes, com exceção dos participantes rescindidos que estão ou podem tornar-se permanentemente ou totalmente desabilitados. O plano foi paralisado a partir de 31 de março de 2007.

Planos de aposentadoria de benefício definido não-qualificado

- Antiga Gold Kist Inc - aposentadoria executiva adicional ("Plano SERP"); e
- Antiga Gold Kist Inc. plano de aposentadoria de diretoria ("Plano Directors Emeriti").

A PPC assumiu o patrocínio do Plano SERP e do Plano Directors Emeriti através da aquisição da empresa Gold Kist, em 2007. O Plano SERP proporciona remuneração adicional para alguns ex-executivos da Gold Kist, baseado em acordos individuais. Os benefícios do Plano SERP foram paralisados a partir de 8 de fevereiro de 2007. O Plano Directors Emeriti prevê benefícios a ex-diretores da empresa Gold Kist.

Planos de benefício definido, seguro de vida pós-aposentadoria

- Gold Kist Inc. plano de seguro de vida ("Insurance Plan").

A PPC assumiu as obrigações de assistência médica e seguro de vida pós-aposentadoria, incluindo o Insurance Plan, através da aquisição da Gold Kist, em 2007. Em janeiro de 2001, a Gold Kist começou a reduzir substancialmente os seus planos para os empregados ativos. Em 1 de julho de 2003, a Gold Kist encerrou a cobertura médica para os aposentados com 65 anos ou mais, e somente os funcionários aposentados no grupo fechado entre as idades de 55 e 65 poderiam continuar a sua cobertura com taxas de custo média do plano de assistência médica para os empregados ativos. Estes aposentados alcançaram 65 anos em 2012 e a cobertura do plano de aposentadoria médica terminou.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Planos de benefício definido, obrigações e ativos

Os quadros a seguir fornecem reconciliações das mudanças nas obrigações dos planos de benefícios projetados e valor justo dos ativos, bem como declarações da situação dos fundos, o relatório do balanço e premissas econômicas para esses planos:

	31.03.13	
	Pensão	Outros benefícios
Mudanças nas obrigações dos planos de benefícios projetados		
Benefício projetado, início do período	391.551	3.893
<i>Custo de serviço</i>	20	-
<i>Juros</i>	4.003	38
<i>Perdas e (ganhos) atuariais</i>	(15.635)	(72)
<i>Benefícios pagos</i>	(3.162)	(79)
Benefício projetado, fim do período	376.777	3.780

	31.03.13	
	Pensão	Outros benefícios
Mudanças de ativos do plano		
Valor justo de ativo dos planos, início do período	185.840	-
Rendimento nos planos ativos	7.471	-
Contribuições de empregados	447	79
Benefícios pagos	(3.162)	(79)
Valor justo de ativo dos planos, fim do período	190.596	-

	31.03.13		31.12.12	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Financiamento				
Obrigação de benefícios sem financiamento	(186.182)	(3.780)	(208.746)	(3.950)

	31.03.13		31.12.12	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Valores reconhecidos nos Balanços Patrimoniais				
Custo de benefício provisionado, curto prazo	(15.657)	(238)	(13.602)	(323)
Custo de benefício provisionado, longo prazo	(170.525)	(3.542)	(195.144)	(3.627)
Valor líquido reconhecido	(186.182)	(3.780)	(208.746)	(3.950)

A obrigação acumulada de benefícios para todos os planos de benefícios definidos era US\$ 187,1 milhões (R\$ 377.000) no trimestre findo em 31 de março de 2013 e foi de US\$ 194,4 milhões (R\$ 397.000) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Cada um dos planos de benefícios definidos pela PPC tinha as obrigações acumuladas de benefícios em excesso comparados aos planos ativos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

O quadro seguinte apresenta os componentes do custo do benefício periódico líquido para os planos:

	31.03.13		31.03.12	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Custo líquido do benefício periódico				
Custo de serviço	20	-	21	-
Juros	3.967	40	3.587	42
Retorno estimado nos ativos dos planos	(2.692)	-	(2.537)	-
Ganho líquido em amortização	471	-	612	-
Custo líquido do benefício periódico	1.766	40	1.683	42

O quadro seguinte apresenta a média ponderada das premissas utilizadas na determinação da pensão e obrigações de outros planos pós-aposentadoria:

	31.03.13		31.12.12	
	Pensão	Outros benefícios	Pensão	Outros benefícios
Obrigações dos planos de benefícios				
Taxa de desconto	4,46%	4,46%	4,22%	4,22%
Taxa de crescimento salarial	NA	NA	NA	NA

A taxa de retorno esperada dos ativos do plano foi determinada com base no ambiente atual de taxa de juros e prêmios de mercado históricos relativos às taxas de rendimento fixo de ações e outras classes de ativos. A PPC também leva em consideração as alocações antecipadas de ativos, estratégias de investimento e os pontos de vista de vários profissionais de investimento ao desenvolver esta taxa.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

O quadro a seguir apresenta a alocação atual dos ativos do plano de pensão:

	31.03.13	31.12.12
Títulos de capital	68%	71%
Títulos de renda fixa	32%	29%
Total de ativos	100%	100%

Na ausência de limitações regulatórias ou legais, a alocação de ativos de destino para o investimento dos ativos para os seus planos de pensões em curso é de 30% em títulos de renda fixa e 70% em títulos de capital. Os planos apenas investem em renda fixa e instrumentos de capital próprio para o qual existe um mercado pronto público. A PPC desenvolve a sua taxa esperada de longo prazo através dos pressupostos de retorno com base nas taxas de retorno históricas de capital e de renda fixa dos investimentos da PPC.

O cálculo do valor justo dos ativos do plano foi classificado nos seguintes níveis de hierarquia de valor justo:

	31.03.13			31.12.12		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Caixa e fundos de mercado	129	-	129	147	-	147
Títulos de capital	-	129.304	129.304	-	132.977	132.977
Títulos de dívida	-	61.163	61.163	-	55.457	55.457
Total de ativos	129	190.467	190.596	147	188.434	188.581

A avaliação dos ativos do plano no Nível 2 é determinada utilizando uma abordagem de mercado com base em preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou outros insumos que são observáveis substancialmente para a integralidade do instrumento financeiro. Os títulos de Nível 2 incluem, principalmente, capital e valores mobiliários de fundos de renda fixa.

Pagamentos de benefícios

O quadro a seguir apresenta os benefícios a partir de 31 de março de 2013 com pagamento previsto anualmente para os próximos cinco anos, em conjunto com os cinco anos após a aposentadoria, e outros planos de pensão da PPC. Como os planos de pensão são os principais planos de financiamento, os benefícios esperados com relação a esses planos virão principalmente das relações de confiança estabelecidos para esses planos.

	Pensão	Outros benefícios
2013 (remanescente)	18.185	238
2014	23.710	322
2015	22.770	324
2016	22.899	326
2017	22.764	326
Posterior	107.760	1.537
Total	218.088	3.073

A PPC antecipa, durante o exercício de 2013, a contribuição de US\$ 6,7 milhões (R\$ 13.492) ao seu plano de pensão e US\$ 200 mil (R\$ 403) ao seu plano de pós-aposentadoria.

Benefícios não reconhecidos em outros resultados abrangentes

Os valores em outros resultados abrangentes como prejuízo ou (lucro), que não foram reconhecidos são apresentados a seguir:

	31.03.13	
	Pensão	Outros benefícios
Ganhos e perdas atuariais, início do período		
Amortização	88.079	2
Ganhos e perdas atuariais	(471)	(72)
Ganhos e perdas em ativos	(15.493)	-
	(4.712)	-
Ganhos e perdas atuariais, fim do período	67.403	(70)

Plano de contribuição definida

A PPC atualmente patrocina dois planos de pensão definidos:

- PPC plano de aposentadoria ("Plano RS"), Seção 401(k) e
- To-Ricos plano de aposentadoria ("To-Ricos Plan"), Seção 1165 (e).

A PPC também mantém três planos pós aposentadoria para empregados elegíveis do México como requerido pela lei mexicana e que abrange principalmente benefícios por desligamento. A divulgação das obrigações do plano mexicano não é considerada material.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

No âmbito do "Plano RS", os funcionários elegíveis podem voluntariamente contribuir com um percentual de sua remuneração. A PPC corresponde em até 30,0% dos primeiros 2,14% a 6,0% do salário, com níveis de compensação de até US\$ 245 mil (R\$ 493). O Plano de To-Ricos é mantido por alguns funcionários portoriquenhos elegíveis. No âmbito do Plano To-Ricos, os funcionários elegíveis podem voluntariamente contribuir com um percentual de sua remuneração e há várias disposições correspondentes para a Empresa.

Alguns planos de aposentadoria que a PPC patrocina investem em uma variedade de instrumentos financeiros. Alguns fundos de aposentadoria em que a PPC participa e mantém uma quantidade significativa de títulos lastreados em hipotecas. No entanto, nenhuma das hipotecas são consideradas "subprime".

Plano Bertin USA

A Bertin USA tem um benefício definido e um plano de previdência complementar que abrange aposentados com certas idades e requerimentos de função. Os planos de benefícios são baseadas principalmente em anos de serviço e remuneração do empregado. A política do fundo é atender as necessidades de financiamento ERISA e acumular ativos do plano, que irá, ao longo do tempo, aproximar o valor presente dos benefícios projetados a pagar. Os ativos do plano são investidos apenas em um contrato de anuidades grupo. O benefício definido e planos de benefícios suplementares foram congelados em 31 de dezembro de 1995.

A Bertin USA também fornece assistência médica e benefícios de seguro de vida para alguns empregados aposentados e desligados com base em obrigações contratuais incorridos pelos proprietários anteriores da JBS USA Trading, Inc. ("JBS USA Trading"), anteriormente conhecida como SB Holdings, Inc., comercialmente reconhecida como The Thurlow Tupman Co., Inc. A Bertin USA elegeu o reconhecimento imediato da obrigação de benefícios sem financiamento acumulada correspondente em conjunto com a compra das ações ordinárias da JBS USA Trading. Os pagamentos pós-aposentadoria são financiados em parcelas mensais. Para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, o custo do serviço, custo dos juros, o retorno esperado dos ativos do plano e do custo de benefício líquido periódico eram imateriais.

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, a Bertin USA financiou US\$ 75 mil (R\$ 150) e US\$ 74 mil (R\$ 131), respectivamente, para o seu plano de benefício definido.

Planos JBS Canadá

A JBS Canadá participa no Plano de Pensão Canadá (o "CPP"), um plano de pensão fornecido pelo governo necessário para todos os funcionários com idades entre 18 e 70 anos que não são beneficiários de qualquer aposentadoria ou pensão de invalidez sob o CPP, não participam do Plano de Pensão Quebec e cujos rendimentos excedem a isenção básica anual de CAD\$ 3.500 (R\$ 6.934). A taxa de contribuição é igual a 9,9% do rendimento do trabalho que excedam a isenção básica até os rendimentos máximos de pensão. O empregado e o empregador devem pagar, cada, metade da contribuição. As despesas da JBS Canadá referentes às contribuições para este plano foram de US\$ 6,1 milhões (R\$ 12.174) para o trimestre findo em 31 de março de 2013.

A JBS Canadá também fornece um Plano de Economia de Aposentadoria em Grupo ("RRSP") para empregados sindicalizados e não-sindicalizados. A RRSP é um acordo entre um indivíduo e um emissor (por exemplo, uma companhia de seguros ou uma empresa de confiança) no qual as contribuições são feitas por indivíduos e uma renda de aposentadoria é paga no vencimento. As contribuições são dedutíveis e os ganhos de investimento são isentos de impostos. Os pagamentos fora do RRSP são tributáveis após o recebimento. Um grupo RRSP é uma coleção de indivíduos RRSPs que são administrados em conjunto sob um regime em grupo patrocinado por uma organização de um grupo de indivíduos. A JBS Canadá oferece um Grupo RRSP emitido pela Sun Life Assurance Company do Canadá. As despesas da JBS Canadá referentes às contribuições para este plano foram de US\$ 6,1 milhões (R\$ 12.174) para o trimestre findo em 31 de março de 2013.

28 Receita Diferida

Em 22 de outubro de 2008, a JBS USA recebeu um adiantamento de cliente no montante de US\$ 175 milhões para garantir um direito exclusivo de recolher um subproduto de todas as fábricas da JBS USA. Este acordo foi formalizado em 27 fevereiro de 2008 conforme o Contrato de Fornecimento de Matéria-Prima ("Supply Agreement") e vence em 30 de dezembro de 2016. O adiantamento do cliente foi registrado como receita diferida na JBS USA e consta sobre a rubrica de "outros passivos" nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas. Como o sub-produto é entregue ao cliente durante o prazo do contrato, a receita diferida é reconhecida como receita de vendas conforme ocorre o faturamento.

Para proporcionar segurança ao cliente, caso a JBS USA não honre seu compromisso, o contrato prevê pagamento de juros Libor 3 meses + 2%. A taxa de juros em 31 de março de 2013 foi de 2,3%. No caso de descumprimento do contrato, o contrato de fornecimento prevê a conversão da dívida em ações ordinárias da JBS USA baseado em uma fórmula estipulada no Acordo de Fornecimento. Apenas com a finalidade de prover informações adicionais, caso a JBS USA Holdings não tivesse cumprido o contrato de fornecimento em 31 de março de 2013, o direito de conversões seria de 2,96% das ações, ou seja, 2,96 ações.

O contrato de fornecimento contém covenants afirmativos e negativos, que exige que a empresa, dentre outras coisas: mantenha a quota de mercado definido; mantenha certos níveis líquidos de tangíveis, e respeite em todos os aspectos relevantes o contrato de fornecimento. A JBS USA estava em conformidade com todas as cláusulas em 31 de março de 2013. Durante o segundo trimestre de 2012, o cliente deixou de tomar produto da JBS USA e, uma vez que o Contrato de Fornecimento não prevê uma forma alternativa de cálculo do reembolso do saldo não amortizado, a JBS USA continua a acumular juros sobre o saldo não amortizado. A JBS USA está em discussões com o cliente, no entanto nenhum acordo foi firmado. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a JBS USA tinha juros acumulados de US\$ 2,3 milhões (R\$ 4.632) e US\$ 1,7 milhões (R\$ 3.474), respectivamente. O saldo não amortizado em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foi de aproximadamente US\$ 100,8 milhões (R\$ 202.991) e US\$ 100,8 milhões (R\$ 205.985), respectivamente e Outras Receitas Diferidas em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram de US\$ 4,1 milhões (R\$ 8.257) e US\$ 2,3 milhões (R\$ 4.700), respectivamente.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

29 Segmentos operacionais

De acordo com IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento, a administração definiu os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob óptica de produto comercializado, e também, sob a perspectiva geográfica.

As modalidades dos produtos comercializados contemplam carne bovina, carne de frango e carne suína. Geograficamente, a Administração considera o desempenho operacional de suas unidades dos Estados Unidos da América (incluindo Austrália, Canadá e México) e América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai).

O segmento de carne bovina explora o segmento de abate e frigorificação de bovinos, industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados localizadas no Brasil, Estados Unidos da América, Canadá, Austrália, Argentina, Uruguai, Paraguai, sendo estes três últimos analisados de modo consolidado, assim como Estados Unidos da América, Austrália, Canadá e México.

A carne de frango é representada pelos produtos "in natura", refrigerados inteiros ou em pedaços, cujas unidades produtivas estão situadas nos Estados Unidos da América, México e Brasil, atendendo cadeias de restaurantes, processadores de alimentos, distribuidores, supermercados, atacadistas, e outros distribuidores de varejo, além de exportação para a Europa oriental (incluindo a Rússia), extremo oriente (incluindo a China), México e outros mercados mundiais.

O segmento de carne suína abate, processa, embala e entrega carnes "in natura" possuindo uma unidade produtiva nos Estados Unidos da América atendendo os mercados interno e externo. Os produtos preparados pela JBS USA também incluem carnes resfriadas em cortes com padrões industriais específicos.

Devido ao volume percentual representativo dos segmentos operacionais supracitados, os demais segmentos e atividades em que a Companhia atua não se tornam relevantes, sendo estes apresentados como "Outros". Adicionalmente, todas as operações entre segmentos serão eliminadas dentro do Grupo.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo de políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, com base no lucro ou prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, não incluindo ganhos e perdas não recorrentes, depreciação e ganhos e perda de câmbio.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, são as seguintes:

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	2013	2012
Receitas líquidas totais do segmento		
Carne Bovina	12.724.961	10.236.987
Carne Suína	1.680.378	1.512.211
Carne de Frango	4.412.028	3.325.302
Outros	710.209	936.580
Total	19.527.576	16.011.080

Depreciação apresentada por linha de produto:

	2013	2012
Depreciação e amortização		
Carne Bovina	166.585	137.182
Carne Suína	17.239	14.356
Carne de Frango	205.278	92.664
Outros	39.904	40.841
Total	429.006	285.043

Total de ativos por segmento:

	31.03.13	31.12.12
Total de ativos		
Carne Bovina	34.367.842	34.547.272
Carne Suína	1.197.140	1.245.125
Carne de Frango	8.298.593	8.079.176
Outros	6.936.957	5.884.620
Total	50.800.532	49.756.193

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Receitas apresentadas por área geográfica:

	2013	2012
Receitas líquidas		
Estados Unidos da América	14.165.969	11.839.311
América do Sul	4.969.558	3.827.400
Outros	392.049	344.369
Total	19.527.576	16.011.080

Depreciação apresentada por área geográfica:

	2013	2012
Depreciação e amortização		
Estados Unidos da América	289.223	166.868
América do Sul	137.861	116.554
Outros	1.922	1.621
Total	429.006	285.043

Total de ativos por área geográfica:

	31.03.13	31.12.12
Total de ativos		
Estados Unidos da América	16.198.722	16.195.669
América do Sul	31.809.471	31.733.779
Outros	2.792.339	1.826.745
Total	50.800.532	49.756.193

30 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado Consolidado por função. O quadro abaixo detalha as despesas por natureza:

Classificação por natureza	2013	2012
Depreciação e amortização	(429.006)	(285.043)
Despesas com pessoal	(2.048.250)	(1.737.958)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(16.546.420)	(13.544.323)
Impostos, taxas e contribuições	(741.081)	(738.380)
Remuneração de capitais de terceiros	(806.478)	(785.893)
Outras receitas e despesas	1.413.069	1.322.121
	(19.158.166)	(15.769.476)

Classificação por função	2013	2012
Custo dos produtos vendidos	(17.491.030)	(14.357.175)
Despesas com vendas	(1.050.054)	(816.404)
Despesas gerais e administrativas	(544.066)	(427.891)
Resultado financeiro líquido	(78.215)	(155.821)
Outras receitas e despesas operacionais	5.199	(12.185)
	(19.158.166)	(15.769.476)

31 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2013 o limite máximo individual de cobertura era R\$ 150.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Para a controlada indireta JBS Argentina, localizada na República Argentina, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2013 de US\$ 32 milhões (equivalente a R\$ 64.442).

Para a controlada JBS USA, localizada nos Estados Unidos da América, a cobertura de seguro tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização para 31 de março de 2013 de US\$ 200 milhões (equivalente a R\$ 402.760).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

32 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Em sua rotina operacional, a Companhia e suas controladas geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos definida pelo Comitê de Gestão de Riscos e Diretoria Executiva.

A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação do Comitê de Gestão de Riscos que, ao aprová-las, supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos.

a) Risco de mercado

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos.

É função da Diretoria de Controle de Riscos garantir que as demais áreas operacionais da Companhia estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e aplicando a Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A Diretoria de Controle de Riscos utiliza sistemas de informação proprietários e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a bolsa de valores.

a.1) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDES), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor ao Comitê de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

A Diretoria entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a taxas de juros da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 demonstrados abaixo estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos e são representativas da exposição incorrida durante o período, de acordo com o item 35 do Pronunciamento Técnico CPC 40.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:				
NCE / Compropr / Outros	3.958.179	4.272.358	3.958.179	4.272.358
CDB-DI	(1.824.870)	(2.295.275)	(1.871.133)	(2.429.706)
Fundos de investimentos, LCA-DI e Títulos Públicos	(263.335)	(255.549)	(263.335)	(255.549)
Total	1.869.974	1.721.534	1.823.711	1.587.103
Exposição de passivos à taxa LIBOR/EURIBOR:				
Capital de giro - Euros	-	-	-	43.248
Capital de giro - Dólares Americanos	-	-	-	120.260
Pré-pagamento	1.056.753	1.345.644	1.117.691	1.407.150
Outros	-	-	743.219	295.167
Total	1.056.753	1.345.644	1.860.910	1.865.825
Exposição de passivos à taxa TJLP:				
FINAME / FINEM	241.150	235.436	244.592	239.082
BNDES Automático	24.104	38.532	24.104	38.532
EXIM - fomento à exportação	60.001	87.012	60.001	87.012
CDC	12.347	13.750	12.347	13.750
Total	337.602	374.730	341.044	378.376

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Objetos de proteção:

Contratos futuros	1.416.032	-	1.416.032	-
Total	1.416.032	-	1.416.032	-

a.1.1) Composição dos saldos de instrumentos financeiros de taxa pré-fixada em reais
31 de março de 2013
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Mercado	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Taxa de juros pré-fixada em reais	Futuro	Compra	15.000	1.416.032	(264)
				1.416.032	(264)

Análise de sensibilidade

As operações da Companhia estão expostas a variações de taxas de juros pré e pós-fixadas, sendo que as taxas pós-fixadas estão representadas por TJLP, CDI, Libor e Euribor. A Administração considera que a exposição às flutuações das taxas de juros não acarreta impacto relevante, de forma que, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar este tipo de risco, exceto em função de situações específicas que possam se apresentar.

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxa de juros a que a Companhia está exposta em 31 de março de 2013, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis intermediárias. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 95% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir:

Exposição	Risco	Efeito no resultado - Controladora		
		Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Contratos indexados à CDI	Aumento da taxa CDI	(3.534)	(467.494)	(934.987)
Contratos indexados à Libor / Euribor	Aumento da taxa Libor / Euribor	(42)	(264.188)	(528.377)
Contratos indexados à TJLP	Aumento da taxa TJLP	(64)	(84.401)	(168.801)
Derivativos indexados à taxa pré-fixada em reais	Aumento da taxa pré-fixada em reais	(1.060)	(354.008)	(708.016)
		(4.700)	(1.170.091)	(2.340.181)

Exposição	Risco	Efeito no resultado - Consolidado		
		Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Contratos indexados à CDI	Aumento da taxa CDI	(281)	(455.928)	(911.856)
Contratos indexados à Libor / Euribor	Aumento da taxa Libor / Euribor	(74)	(465.228)	(930.455)
Contratos indexados à TJLP	Aumento da taxa TJLP	(65)	(85.261)	(170.522)
Derivativos indexados à taxa pré-fixada em reais	Aumento da taxa pré-fixada em reais	(1.060)	(354.008)	(708.016)
		(1.480)	(1.360.425)	(2.720.849)

Premissas	Risco	Cenário atual	Efeito no resultado - Consolidado		
			Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Taxa CDI	Aumento da taxa	7,23000%	7,24366%	9,03750%	10,84500%
Taxa Libor / Euribor	Aumento da taxa	0,70850%	0,70853%	0,88563%	1,06275%
Taxa TJLP	Aumento da taxa	5,00000%	5,00095%	6,25000%	7,50000%
Derivativos de proteção de taxa de juros	Deslocamento paralelo da curva		Curva de mercado	Curva de mercado + 25%	Curva de mercado + 50%

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

a.2) Risco de variação cambial

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos as estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, a Diretoria de Controle de Riscos emprega instrumentos de proteção aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos, como contratos futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), contratos de opcionalidade e contratos de troca de indexador (Swaps); visando a proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Euro (€) e Libra Esterlina (£).

Conforme descrito na nota explicativa de segmentos operacionais, aproximadamente 72% das vendas do Grupo são efetuadas pelas operações da JBS USA e suas subsidiárias, as quais operam preponderantemente em dólar americano, portanto, sem risco de exposição cambial. Aproximadamente 25% das vendas são efetuadas pela controladora, para as quais apresentamos o quadro de análise de sensibilidade para risco de variação cambial. Os demais 3% das nossas vendas são efetuadas por subsidiárias, sendo em sua maioria em moeda local e uma pequena parte em dólar, considerado imaterial para abertura nas demonstrações de análise de sensibilidade de risco cambial.

A Diretoria entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação cambial da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 demonstrados abaixo estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos. Entretanto, tendo em vista o item 35 do Pronunciamento Técnico CPC 40, cumpre mencionar que durante o período houve movimentação representativa devido a operações de proteção cambial junto a bolsa de valores conforme programação de operações financeiras e comerciais, com destaque para sua emissão de títulos de dívida indexadas ao dólar americano, conforme descrito nas notas explicativas 14 e 15.

EXPOSIÇÃO em US\$ - apresentado em milhares de reais	Controladora	
	31.03.13	31.12.12
OPERACIONAL		
Caixa e equivalentes - US\$	1.855.711	1.264.644
Contas a receber - US\$	1.564.351	1.607.515
Estoques - US\$	52.014	56.763
Pedidos de venda - US\$	571.839	681.245
Fornecedores - US\$	(66.295)	(85.906)
Subtotal	3.977.620	3.524.261
FINANCEIRO		
Empréstimos e financiamentos - US\$	(9.740.604)	(7.482.846)
Subtotal	(9.740.604)	(7.482.846)
DERIVATIVOS		
Contratos futuros - US\$	222.852	(16.348)
Swap (Ativo em US\$)	78.250	97.872
Subtotal	301.102	81.524
TOTAL DA EXPOSIÇÃO EM US\$	(5.461.882)	(3.877.061)

EXPOSIÇÃO em €(EURO) - apresentado em milhares de reais	Controladora	
	31.03.13	31.12.12
OPERACIONAL		
Contas a receber - €	223.229	97.233
Pedidos de venda - €	49.800	99.454
Subtotal	273.029	196.687
DERIVATIVOS		
Contratos futuros - €	(163.733)	(144.894)
Subtotal	(163.733)	(144.894)
TOTAL DA EXPOSIÇÃO EM €	109.296	51.793

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

EXPOSIÇÃO em £ (Libras Esterlinas) - apresentado em milhares de reais	Controladora	
	31.03.13	31.12.12
OPERACIONAL		
Contas a receber - £	76.598	30.157
Pedidos de venda - £	26.359	28.732
Subtotal	102.957	58.889
DERIVATIVOS		
Contratos futuros - £	(58.217)	(65.897)
Subtotal	(58.217)	(65.897)
TOTAL DA EXPOSIÇÃO EM £	44.740	(7.008)

a.2.1) Composição dos saldos de instrumentos financeiros de futuro de moeda estrangeira da Companhia
Em US\$
31 de março de 2013
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Dólar	Futuro	Venda	(100)	(10.143)	(37)
Dólar	Termo	Compra	2.229	232.995	(5.168)
				222.852	(5.205)

31 de dezembro de 2012
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Dólar	Futuro	Venda	(160)	(16.348)	2.526
				(16.348)	2.526

Em €(EURO)
31 de março de 2013
Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Euro	Futuro	Venda	(265)	(34.468)	(296)
				(34.468)	(296)

31 de dezembro de 2012
Contratos futuros - Bolsa de Chicago

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Euro	Futuro	Venda	(1.065)	(144.895)	402
				(144.895)	402

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Em £ (Libras Esterlinas)
31 de março de 2013

Contratos futuros - BM&F

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Libra Esterlina	Futuro	Venda	(540)	(58.217)	(533)
				(58.217)	(533)

31 de dezembro de 2012

Contratos futuros - Bolsa de Chicago

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Quantidade	Nocional	Valor de mercado
Libra Esterlina	Futuro	Venda	(565)	(65.897)	(110)
				(65.897)	(110)

a.2.2) Composição dos saldos de instrumentos financeiros de swap da Companhia

Os instrumentos financeiros de swap são derivativos contratados para cobertura da exposição cambial líquida dos ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia e suas controladas, e são classificados na categoria ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. Foram contratados junto ao Citibank.

Swap (Ativo em US\$)

Data início Swap	Nocional - US\$	Data vencimento Swap	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Posição de Swap em 31.03.13
04/02/2011	78.250	04/02/2015	70.008	71.870	(1.862)
	78.250			Total	(1.862)
Data início Swap	Nocional - US\$	Data vencimento Swap	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Posição de Swap em 31.03.13
04/02/2011	97.872	04/02/2015	89.353	92.083	(2.730)
	97.872			Total	(2.730)

a.2.3) NDF's (Non deliverable forwards)

Objeto de proteção	Instrumento	Natureza	Nocional - €	Nocional - R\$	Posição em 31.03.13	Posição em 31.12.12
Euro	NDF	Venda	(50.000)	(129.265)	5.303	-
			(50.000)	(129.265)	5.303	-

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxas de câmbio a que a Companhia está exposta em 31 de março de 2013, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis intermediárias. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 95% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir:

Risco de câmbio (US\$)

Exposição	Risco	Efeito no resultado - Controladora		
		Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Depreciação do R\$ em 25%	Cenário (III) Depreciação do R\$ em 50%
Financeira	Depreciação do R\$	(82.016)	(2.435.151)	(4.870.302)
Operacional	Apreciação do R\$	33.492	994.405	1.988.810
Derivativos de proteção cambial	Apreciação do R\$	2.535	75.276	150.551
		(45.989)	(1.365.470)	(2.730.941)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Premissas	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Taxa do dólar	Depreciação do R\$	2,0138	2,0307	2,5173	3,0207

O risco da exposição operacional em US\$ é da apreciação do Real, entretanto, pelo risco da Companhia ser a Depreciação do Real, calculamos em todos os casos o aumento do dólar em 25% e 50%.

Risco de câmbio (€ - EURO)

Exposição	Risco	Efeito no resultado - Controladora		
		Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Apreciação do R\$ em 25%	Cenário (III) Apreciação do R\$ em 50%
Operacional	Apreciação do R\$	(2.962)	(68.257)	(136.515)
Derivativos de proteção cambial	Depreciação do R\$	1.776	40.933	81.867
		(1.186)	(27.324)	(54.648)

Premissas	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Taxa do euro	Apreciação do R\$	2,5853	2,5572	1,9390	1,2927

Risco de câmbio (£ - Libras Esterlinas)

Exposição	Risco	Efeito no resultado - Controladora		
		Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Apreciação do R\$ em 25%	Cenário (III) Apreciação do R\$ em 50%
Operacional	Apreciação do R\$	(1.050)	(25.739)	(51.479)
Derivativos de proteção cambial	Depreciação do R\$	594	14.554	29.109
		(456)	(11.185)	(22.370)

Premissas	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Taxa da libra	Apreciação do R\$	3,0574	3,0262	2,2931	1,5287

O risco da exposição operacional em Euro e Libra Esterlina é da depreciação do Real, dessa forma, calculamos em todos os casos a redução do Euro e Libra Esterlina em 25% e 50%.

a.3) Risco de preços de commodities

A Companhia e suas controladas atuam globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities da Companhia e suas controladas e propor ao Comitê de Gestão de Riscos estratégias para mitigar tais exposições. Observando a Política de Gestão de Riscos e as limitações de alçada, o Comitê supervisiona a execução de tais estratégias e acompanha seus resultados.

Parte significativa dos insumos da Companhia e suas controladas são ativos biológicos sensíveis à estocagem. Visando manter o fluxo contínuo destes insumos, são utilizados contratos de compra a termo com os fornecedores. Para complementar a compra a termo, garantindo preço e volume mínimo de insumo comprado para um horizonte de planejamento pré-definido pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, bem como para mitigar os riscos de oscilações de preços sobre estoques e vendas contratadas, a Companhia e suas controladas empregam o uso de instrumentos de proteção financeira adequados a cada situação, notadamente os contratos de futuros de commodities. A Companhia julga adequado assumir o valor médio gasto com os insumos como parâmetro indicativo de valor operacional a ser protegido pelos contratos firmes.

a.3.1) Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (boi) da Companhia

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de hedge de futuro de boi na BM&F, visando o zeramento da posição e garantindo o preço de mercado.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Os parâmetros para redução do risco de compra de gado são baseados na posição da carteira física dos contratos de compra de boi a termo, considerando valores e prazos negociados. Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 95%.

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço da arroba do boi gordo da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 demonstrados abaixo estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos e são representativas da exposição incorrida durante o período, de acordo com o item 35 do Pronunciamento Técnico CPC 40.

EXPOSIÇÃO	31.03.13	31.12.12
Contratos firmes de compra de boi	29.663	4.255
TOTAL	29.663	4.255

Composição do saldo de instrumento financeiro derivativo para proteção de preço de compra de gado

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nocial @)	Valor de Mercado R\$
Contratos futuros (BM&F)	Maior a Novembro de 2013	R\$	Arroba de boi	BM&F	(26.035)	(1)

Risco de preço de compra de gado

		Efeito no resultado - Controladora		
Exposição	Risco	Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Apreciação do R\$ em 25%	Cenário (III) Apreciação do R\$ em 50%
Operacional	Apreciação da arroba de boi	(848)	(7.416)	(14.832)
Derivativos de proteção do preço da arroba do boi	Apreciação da arroba de boi	745	6.509	13.018
		(103)	(907)	(1.814)

Premissas	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Cotação do preço da arroba	Apreciação da arroba de boi	99,1100	101,9445	123,8875	148,6650

O risco da exposição operacional em contratos firmes de compra de boi é a variação para cima da cotação da arroba de boi, dessa forma, calculamos o risco da apreciação do preço de mercado da cotação da arroba de boi.

a.3.2) Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (milho) da Companhia:

O ramo de atuação da Companhia em sua Divisão de Confinamento está exposto à volatilidade dos preços de milho, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de gerenciamento de estoque de commodities, mantém sua estratégia de gestão de risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, e reduzindo a posição diária de contratos de compra de boi a termo para entrega futura, através da contratação de hedge de futuro de boi na BM&F, visando o zeramento da posição e garantindo o preço de mercado.

A Companhia, de acordo com sua política de gerenciamento de estoque, iniciou a estratégia de gestão de risco de preço do milho atuando no controle físico, que inclui expectativas de consumo futuro, compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, através da contratação de hedge de futuro de milho na BM&F, visando garantir o preço de mercado.

Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VAR para 1 dia, com intervalo de confiança de 95%.

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço da saca de milho da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 demonstrados abaixo estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos e são representativas da exposição incorrida durante o período, de acordo com o item 35 do Pronunciamento Técnico CPC 40.

Composição do saldo de instrumento financeiro derivativo para proteção de preço de compra de milho

Derivativo	Vencimento	A receber	A pagar	Contraparte do valor principal	Valor de referência (nocial)	Valor de Mercado R\$
Contratos futuros (BM&F)	Maior a Setembro de 2013	Sacas de milho	R\$	BM&F	13.275	(261)

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Risco de preço de compra de milho			Efeito no resultado - Controladora		
			Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Apreciação em 25%	Cenário (III) Apreciação em 50%
Exposição	Risco				
Derivativos de proteção do preço da saca de milho	Apreciação da saca de milho		(380)	(3.319)	(6.638)
			(380)	(3.319)	(6.638)
Premissas	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Cotação do preço da saca de milho	Apreciação da saca de milho	29,0700	29,9014	36,3375	43,6050

a.3.3) Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço da arroba do boi gordo da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 demonstrados abaixo estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos e são representativas da exposição incorrida durante o período, de acordo com o item 35 do Pronunciamento Técnico CPC 40.

EXPOSIÇÃO	Subsidiária JBS USA	
	31.03.13	31.12.12
Operacional	(2.013.800)	(2.043.500)
Contratos firmes - R\$	3.155.625	31.186
TOTAL	1.141.825	(2.012.314)

Risco de commodities			Efeito no resultado - Subsidiária JBS USA		
Exposição	Risco		Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Operacional	Apreciação dos preços das commodities		(27.871)	(503.450)	(1.006.900)
Derivativos de proteção	Depreciação dos preços das commodities		43.674	788.906	1.577.813
			15.803	285.456	570.913
Premissas	Risco	Cenário atual	Cenário (I) VaR 95% I.C. 1 dia	Cenário (II) Deterioração de 25%	Cenário (III) Deterioração de 50%
Preço das commodities	Aumento de preços	-	1,384%	25,000%	50,000%

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber de clientes, a Política de Gestão de Riscos entende que a pulverização da carteira contribui significativamente com a redução do risco de crédito, mas também estabelece parâmetros para a concessão de crédito observando limites proporcionais, índices financeiros e operacionais, amparados por consultas a órgãos de monitoramento de crédito.

Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a Companhia emprega limites de exposição definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos, baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

Montantes aplicados em títulos privados (notadamente Certificados de Depósitos Bancários), bem como valores justos acumulados a receber em operações de proteção contratadas com bancos, devem obedecer a seguinte tabela de limites para que o volume total não ultrapasse um determinado percentual do patrimônio líquido da instituição financeira (%PL). Em conjunto, devem ser observados os limites quanto ao horizonte de tempo (horizonte máximo) para que a aplicação seja resgatada.

Categoria	%PL	Horizonte máximo
Triple A	2,00%	5 anos
Double A	1,00%	3 anos
Single A	0,50%	2 anos
Triple B	0,25%	1 ano

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Observações:

- Em caso ratings diferentes para a mesma instituição financeira, deve-se adotar o mais conservador;
- Os bancos coligados devem ser consolidados em suas matrizes;
- Instituições financeiras sem rating não são elegíveis;
- Na falta de rating na escala nacional, utilizar o rating em escala global;
- Caso a Companhia possua dívidas e aplicações com determinada contraparte, deve-se enquadrar o valor líquido das operações;
- Exceções podem ocorrer desde que previamente aprovadas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Diretoria Executiva.

Além de títulos privados, a Companhia também pode aplicar recursos em títulos públicos federais: LFT, LTN, NTN-F e NTN-B. Para esses casos não há limites pré-estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis intermediárias foi:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.049.626	3.564.984	5.516.916	5.383.087
Contas a receber de clientes	5	2.771.533	2.753.737	5.754.615	5.688.648
Créditos com empresas ligadas	9	953.721	808.062	632.414	548.909
Derivativos		660	25.281	5.828	26.154
		6.775.540	7.152.064	11.909.773	11.646.798
Perda por redução do valor recuperável do contas a receber					
		Controladora		Consolidado	
		31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Duplicatas a vencer		2.513.314	2.529.365	5.015.806	4.970.194
Duplicatas vencidas:					
De 1 a 30 dias		169.087	191.144	548.895	584.276
De 31 a 60 dias		74.508	17.060	113.813	75.746
De 61 a 90 dias		17.843	18.380	47.408	33.411
Acima de 90 dias		81.934	94.721	148.168	156.709
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD		(85.153)	(96.933)	(119.475)	(131.688)
		258.219	224.372	738.809	718.454
		2.771.533	2.753.737	5.754.615	5.688.648

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas poderão ter em cumprir as suas obrigações financeiras vencidas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia e suas controladas com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31.03.13	31.12.12
Caixa e equivalentes de caixa	5.516.914	5.383.087
Empréstimos e financiamentos no CP	5.901.396	6.098.898
Indicador de liquidez modificado	0,93	0,91
Indicador de alavancagem	3,4x	3,4x

Para o cálculo da alavancagem é utilizada a cotação do dólar e do euro do último dia do exercício. O referido critério tem por finalidade equiparar a dívida líquida e o EBITDA à mesma taxa cambial.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Controladora

Em 31 de março de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	871.167	-	-	-	871.167
Empréstimos e financiamentos	5.053.470	1.229.003	3.194.108	3.002.449	12.479.030
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	(1.212)	357	195	-	(660)
TOTAL	5.923.425	1.229.360	3.194.303	3.002.449	13.349.537

Em 31 de dezembro de 2012

Em 31 de dezembro de 2012	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	1.000.273	-	-	-	1.000.273
Empréstimos e financiamentos	5.205.774	1.629.962	3.463.487	1.852.436	12.151.659
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	(26.420)	941	198	-	(25.281)
TOTAL	6.179.627	1.630.903	3.463.685	1.852.436	13.126.651

Consolidado

Em 31 de março de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	3.335.859	-	-	-	3.335.861
Empréstimos e financiamentos	5.901.396	3.899.962	3.804.526	7.589.936	21.195.820
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	(6.380)	357	195	-	(5.828)
TOTAL	9.230.875	3.900.319	3.804.721	7.589.936	24.525.853

Em 31 de dezembro de 2012

Em 31 de dezembro de 2012	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor justo
Fornecedores	3.564.270	-	-	-	3.564.270
Empréstimos e financiamentos	6.098.898	4.395.577	3.660.103	6.484.366	20.488.944
(Ativos) Passivos financeiros derivativos	(27.293)	941	198	-	(26.154)
TOTAL	9.635.875	4.396.518	3.660.301	6.484.366	24.027.060

d) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis intermediárias pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos e derivativos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado.

e) Garantias prestadas e garantias recebidas
Garantias prestadas

A Companhia possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de março de 2013 é de R\$ 273.019 (R\$ 280.946 em 31 de março de 2012). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

A subsidiária indireta JBS USA e suas controladas, possuem títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto à bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de março de 2013 é de R\$ 191.357 (R\$ 65.586 em 31 de dezembro de 2012). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

Outras garantias consideradas relevantes estão descritas detalhadamente nas notas explicativas: 14 - Empréstimos e financiamentos; e 15 - Operações de créditos, garantias e restrições contratuais ("covenants").

Garantias recebidas

A Companhia e suas controladas não possuem garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

f) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.03.13	31.12.12	31.03.13	31.12.12
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.049.626	3.564.984	5.516.914	5.383.087
Empréstimos e recebíveis					
Contas a receber de clientes	5	2.771.533	2.753.737	5.754.615	5.688.648
Créditos com empresas ligadas	9	953.721	808.062	632.414	548.909
Valor justo por meio do resultado					
Derivativos a receber		660	25.281	5.828	26.154
Total		6.775.540	7.152.064	11.909.771	11.646.798
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	14/15	12.479.030	12.151.659	21.195.820	20.488.944
Fornecedores	13	871.167	1.000.273	3.335.859	3.564.270
Total		13.350.197	13.151.932	24.531.679	24.053.214

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas no quadro acima.

g) Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis intermediárias pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. Os derivativos de mercado futuro têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O swap é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente. As cotações futuras utilizadas para o cálculo da curva deste contrato foram extraídas da base de dados da Bloomberg.

De acordo com o CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia de valor justo

	Valor contábil em 31 de março de 2013		
	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixas e bancos	961.421	-	-
Aplicações financeiras	-	2.550.824	-
Instrumentos financeiros derivativos	(1.504)	2.164	-
Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixas e bancos	2.107.171	-	-
Aplicações financeiras	-	3.433.857	-
Instrumentos financeiros derivativos	(1.504)	7.332	-

JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Valor contábil em 31 de dezembro de 2012		
	Controladora		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixas e bancos	1.014.160	-	-
Aplicações financeiras	-	2.550.824	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.608	22.673	-
	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixas e bancos	1.949.230	-	-
Aplicações financeiras	-	3.433.857	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.481	22.673	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Controladora	Nota	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	961.421	961.421	1.044.160	1.044.160
Aplicações financeiras	4	2.088.205	2.088.205	2.550.824	2.550.824
Contas a receber de clientes	5	2.771.533	2.771.533	2.753.737	2.753.737
Créditos com empresas ligadas	9	953.721	953.721	808.062	808.062
Derivativos		660	660	25.281	25.281
Ativos financeiros totais		6.775.540	6.775.540	7.182.064	7.182.064
Fornecedores	13	871.167	871.167	1.000.273	1.000.273
Empréstimos e financiamentos	14/15	12.479.030	12.479.030	12.151.659	12.151.659
Passivos financeiros totais		13.350.197	13.350.197	13.151.932	13.151.932
		(6.574.657)	(6.574.657)	(5.969.868)	(5.969.868)
Consolidado	Nota	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	2.107.171	2.107.171	1.979.230	1.979.230
Aplicações financeiras	4	3.409.743	3.409.743	3.433.857	3.433.857
Contas a receber de clientes	5	5.754.615	5.754.615	5.688.648	5.688.648
Créditos com empresas ligadas	9	632.414	632.414	548.909	548.909
Derivativos		5.828	5.828	26.154	26.154
Ativos financeiros totais		11.909.771	11.909.771	11.676.798	11.676.798
Fornecedores	13	3.335.859	3.335.859	3.564.270	3.564.270
Empréstimos e financiamentos	14/15	21.195.820	21.195.820	20.488.944	20.488.944
Passivos financeiros totais		24.531.679	24.531.679	24.053.214	24.053.214
		(12.621.908)	(12.621.908)	(12.376.416)	(12.376.416)

Os empréstimos e financiamentos, apresentados no quadro acima, incluem os valores de capital de giro em Reais e capital de giro em moeda estrangeira (bonds), conforme demonstrados detalhadamente na nota explicativa nº 14. Na opinião da Administração os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelos respectivos valores de custos amortizados, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. Esses empréstimos e financiamentos estão atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das demonstrações contábeis intermediárias, portanto o saldo devedor está reconhecido por um montante próximo ao seu valor justo. Como não existe mercado ativo para tais instrumentos, as diferenças que poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente seriam em montantes não representativos.

	Controladora		Consolidado	
	Trimestres findos em 31 de março de		Trimestres findos em 31 de março de	
	2013	2012	2013	2012
Ganhos (perdas) por categoria de instrumento financeiro				
Valor justo por meio do resultado	121.300	(66.088)	185.118	(25.306)
Empréstimos e recebíveis	(45.810)	44.942	(69.911)	(18.944)
Passivos pelo custo amortizado	(126.741)	(17.629)	(193.422)	(111.571)
Total	(51.251)	(38.775)	(78.215)	(155.821)



JBS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

DIRETORIA EXECUTIVA

Wesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor de Administração e Controle

Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Diretor de Relações com Investidores

Francisco de Assis e Silva
Diretor Executivo de Relações Institucionais

Wanderley Higinio da Silva
Técnico Contábil CRC: 1SP123638/O-8

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joesley Mendonça Batista
Presidente do Conselho

Wesley Mendonça Batista
Vice-Presidente

José Batista Sobrinho

José Batista Júnior

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Natalino Bertin

Carlos Alberto Caser

Valere Batista Mendonça Ramos

Vanessa Mendonça Batista

Peter Dvorsak

Guilherme Rodolfo Laager

* * * * *